

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MATHEUS PARANHOS GIOLO MEZADRI

“AL’UMMA” , O ESTADO-NAÇÃO EGÍPCIO E A COLETIVIDADE ÁRABE
o dispositivo do nacionalismo árabe a partir dos discursos de Gamal Abdel Nasser,
1956-1958.

Campinas

2023

MATHEUS PARANHOS GIOLO MEZADRI

“AL’UMMA” , O ESTADO-NAÇÃO EGÍPCIO E A COLETIVIDADE ÁRABE
o dispositivo do nacionalismo árabe a partir dos discursos de Gamal Abdel Nasser,
1956-1958.

Relatório final, apresentado a Universidade Estadual de Campinas como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel G. A. Gomes

Campinas

2023

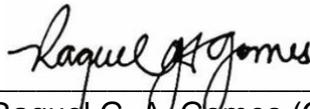
MATHEUS PARANHOS GIOLO MEZADRI

“AL’UMMA” , O ESTADO-NAÇÃO EGÍPCIO E A COLETIVIDADE ÁRABE
o dispositivo do nacionalismo árabe a partir dos discursos de Gamal Abdel Nasser,
1956-1958.

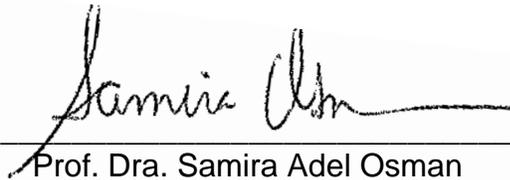
Relatório final, apresentado a Universidade
Estadual de Campinas como parte das
exigências para a obtenção do título de
Bacharel em História

Campinas, 10 de janeiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Raquel G. A. Gomes (Orientadora)
Professora do Departamento de História da UNICAMP



Prof. Dra. Samira Adel Osman
Professora de História da Ásia da UNIFESP

Documento assinado digitalmente



MURILO SEBE BON MEIHY

Data: 25/04/2024 18:35:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy
Professor de História Contemporânea da UFRJ

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

M579a Mezadri, Matheus Paranhos Giolo, 2001-
"Al'umma", o Estado-nação egípcio e a coletividade árabe : o dispositivo do
nacionalismo árabe a partir dos discursos de Gamal Abdel Nasser, 1956-1958 /
Matheus Paranhos Giolo Mezadri. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Raquel Gryszczenko Alves Gomes.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Nasser, Gamal Abdel, 1918-1970. 2. Nacionalismo árabe. 3. Nacionalismo -
África. 4. Egito - História - Séc. XX. 5. Países árabes - História. I. Gomes, Raquel
Gryszczenko Alves, 1983-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: "Al'umma", the Egyptian nation state and the Arab collectivity: the
Arab nationalism device through Gamal Abdel Nasser speeches, 1956-1958

Palavras-chave em inglês:

Arab nationalism
Nationalism - Africa
Egypt - History - 20th century
Arab countries - History

Titulação: Bacharel

Banca examinadora:

Raquel Gryszczenko Alves Gomes [Orientador]
Murilo Sebe Bon Meihy
Samira Adel Osman

Data de entrega do trabalho definitivo: 10-01-2024

RESUMO

O seguinte trabalho propõe a discussão de um conceito na língua árabe, *Al'umma* (nação), e a problemática em torno da sua utilização pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser em seus discursos, entre o ano de 1956 e 1958. A análise deste vocábulo nacionalista contém em si uma série de questões envolvendo a própria língua e um contexto sócio-histórico maior. Para tal, é imprescindível o retorno aos primeiros movimentos nacionalistas em solo europeu, congregando a potência da máquina estatal moderna na confecção de um novo modo de identificação. O resultado desse movimento de confecção foi a forma política do “Estado-nação”, que passou a determinar um modo único na legitimação do poder. No norte da África e no Oriente Médio, essas noções começaram a ser introjetadas a partir da circulação de intelectuais, bem como a partir do próprio movimento colonial em direção a esses territórios. Uma gama de pensadores, militares e políticos partiram em uma tentativa, durante o século XX, de traçar uma identidade árabe que serviria de base para a nação. Os momentos de imaginação política foram abalados com a instalação do Estado de Israel (1948) e a urgência de lutar contra as tentativas de reabilitação do colonialismo europeu. O Egito, agora mais próximo de seus vizinhos, dava continuidade ao sonho de estabelecer uma união política entre os países árabes, ao mesmo tempo que se empenhava em alicerçar seu Estado com políticas nacionalizadoras. O discurso em torno do Estado-nação árabe, *Al'umma*, foi constantemente negociado pelo presidente Nasser, especialmente depois de assumir a presidência em 1956, em um jogo discursivo que marcou a legitimação da sua figura de liderança entre os árabes, junto com a revitalização do Estado e da identidade egípcia.

ABSTRACT

The following work proposes the discussion of a concept in the Arabic language, *Al'umma* (nation), and the issues surrounding its use by Egyptian president Gamal Abdel Nasser in his speeches, between 1956 and 1958. The analysis of this nationalist word contains within itself a series of questions involving the Arabic language and a larger socio-historical context. To achieve this, it is essential to return to the first nationalist movements on European soil, bringing together the power of the modern state machine in the creation of a new mode of identification. The result of this movement was the political form of the "Nation state", which began to determine a unique way of legitimizing power. In North Africa and the Middle East, these notions began to be introjected through the circulation of intellectuals, as well as through the colonial projects towards these territories. A range of thinkers, military men and politicians set out in an attempt, during the 20th century, to outline an Arab identity that would serve as the basis for the nation. The moments of political imagination were shaken with the installation of the State of Israel (1948) and the urgency of fighting against the attempts to rehabilitate European colonialism. Egypt, now closer to its neighbors, continued its dream of establishing a political union among Arab countries, while at the same time striving to support its State with nationalizing policies. The discourse surrounding the Arab nation-state, *Al'umma*, was constantly negotiated by President Nasser, especially after assuming the presidency in 1956, in a discursive game that marked the legitimization of his leadership figure among the Arabs, along with the revitalization of the Egyptian state and identity.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora, Raquel Gomes, que permitiu a materialização do meu projeto de pesquisa e acreditou na minha caminhada acadêmica desde meados de 2020. Graças a ela, aquele incômodo e vontade de pesquisar se tornou uma Iniciação Científica, que tive o prazer de apresentar e dialogar com outros trabalhos no XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. A vontade de me aprofundar na minha temática fez brotar em mim ânimo para começar a aprender árabe. Agradeço também as minhas professoras de língua árabe, Isabella Marcelo e Isabela Pereira, pela formação linguística e política. Todas essas pessoas foram essenciais para que um “incômodo”, lá em 2020, se transformasse nesse trabalho. Agradeço também a minha família, a minha mãe e minha avó, que me acompanharam na minha jornada desde sempre. Toda a minha sincera e profunda gratidão a elas que foram a base da minha criação.

Dedico um parágrafo de agradecimento exclusivo aos meus amigos. Nunca imaginei que me sentiria tanto em casa, mesmo estando a centenas de quilômetros dela. Todos os meus tropeços nessa caminhada valeram a pena, além do aprendizado eles fizeram com que nós pudéssemos nos esbarrar nesse caminho. Creio que não fiz amigos, apenas encontrei-os. Em especial, agradeço aos meus amigos Ana Júlia, Franco e Jade por tornarem o trabalho de escrita dessa monografia menos solitário. Agradeço também aqueles que aguentaram e me confortaram com a correria nesse último ano: *Gabi*, Jean, Laura e a *Madrinha*. Há uma infinidade de outras e outros que poderia citar aqui, mas somente um memorando daria conta de tantas pessoas que fizeram parte desses últimos 5 anos. Agradeço por fim a vacina e aqueles que se ajudaram nos anos terríveis de pandemia, que colaboraram para que pudéssemos enxergar um mínimo de humanidade em meio ao horror e conseguíssemos retornar presencialmente a nossa rede de afetos.

Dedico este trabalho ao meu finado pai, que não teve a oportunidade de ver seu filho se graduar. Acredito que ele estaria feliz com o final desse ciclo, e mais contente ainda com a minha caminhada.

SUMÁRIO

TABELA DE FIGURAS	10
INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA.....	14
1. O IMPERATIVO DO ESTADO: O QUE ELE DEVE AO NACIONALISMO ÁRABE?	16
2. A CONVULSÃO MUNDIAL E O NACIONALISMO ÁRABE.....	38
3. A RESSONÂNCIA DO NACIONALISMO ÁRABE	55
CONCLUSÃO	73
BIBLIOGRAFIA:.....	75

Tabela de Figuras

FIGURA 1 - MAPA DO CANAL DE SUEZ E SEUS ARREDORES, 1869.....	- 40 -
FIGURA 2 - NASSER RETORNANDO AO CAIRO APÓS ANUNCIAR A NACIONALIZAÇÃO DE SUEZ, 1º DE AGOSTO	- 66 -
FIGURA 3 - NASSER CHEGA EM DAMASCO, APÓS ANUNCIAR A UNIÃO COM A SÍRIA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1958	- 73 -

Introdução

Gamal Abdel Nasser, revolucionário egípcio, ex-combatente na Guerra da Palestina¹ e recém-empossado presidente do Egito se dirige à multidão concentrada na cidade de Alexandria para anunciar a nacionalização da hidrovia que ligava o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho: o Canal de Suez². Tal feito abalou profundamente os países ocidentais e suas economias dependentes da passagem pelo canal africano, além de representar uma afronta aos interesses dos acionistas da empresa que controlava Suez. Reino Unido e França se uniram para retomar o controle do canal e reafirmar suas posições como potências coloniais, enquanto Israel se juntou aos países europeus para apropriar-se de terras egípcias. A incursão imperialista fracassou. Nasser saiu do conflito como ícone da resistência colonial não somente em seu país, mas em todo mundo árabe. Sua posição de não-alinhamento, signatária da Conferência de Bandung em 1955, a compra de armas da Tchecoslováquia e o reconhecimento da República Popular China desafiavam a posição de subordinação que as forças ocidentais haviam concedido à jovem república egípcia. A vitória provou a possibilidade de libertação das amarras coloniais e reanimou a solidariedade política árabe, colocando uma esperança para amarga derrota e desastre humanitário que a guerra na Palestina, em 1948, havia inferido. Dois anos após o discurso em Alexandria, o presidente egípcio anunciava a realização do seu ideal panarabista, seu projeto de solidariedade e união política entre povos árabes. A República Árabe Unida (RAU) foi a consolidação da vontade política arregimentada em torno da identidade árabe para a criação de um Estado, a partir da junção do Egito e da Síria. O nacionalismo árabe e o sonho da criação de uma pátria árabe, contudo, remontam o começo do século XX.

¹ A expressão “Guerra da Palestina” foi usada algumas vezes neste trabalho, apoiando-se em alguns trabalhos anteriores que também a utilizaram. Em alguns momentos preferiu-se usar “guerra na Palestina” denotando o sentido de que o conflito não foi iniciado pelos palestinos, e sim iniciado em seu território. O Reino Unido mantinha uma colônia na Palestina (na forma de protetorado) até o dia 14 de maio de 1948. O Estado de Israel foi estabelecido no dia após o término *de jure* do protetorado britânico. Palestinos apoiados por tropas árabes tentaram retomar o seu território que havia sido uma colônia desde o final da Primeira Guerra Mundial. Após o final do conflito, a assinatura de um armistício fez com Israel tomasse cerca de 60% do território palestino determinado pelo plano de partição da ONU, em 1947.

² Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-495-en>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

No primeiro capítulo, foi traçado o início da ideologia nacional na Europa e suas implicações no espaço colonial. O nacionalismo europeu e seu incipiente, o Estado moderno, encontram as diversas formas de imaginação política nas colônias que, por sua vez, reinterpretem as ideologias nacionais em suas realidades, dialogando, absorvendo e influenciando as instituições europeias que haviam visto o florescimento do nacionalismo. O Egito testemunhou o começo do século a partir de uma ideologia que valorizava a sua excepcionalidade dentre as populações árabes e em relação aos turcos, romantizando o passado glorioso e monumental dos faraós. Por outro lado, havia articuladores políticos na região da Síria e do Iraque que reclamavam o passado do Império Islâmico e uma “arabidade” em comum entre os povos da região, não unicamente como uma identidade, mas como uma ferramenta de resistência às interferências dos “Outros” – europeus e turcos. A Revolta Árabe (1916), dentro do contexto do Império Otomano e da Primeira Guerra Mundial, conseguiu a promessa das potências da Tríplice Aliança da criação de um Estado árabe na região do *Hijaz*. Acabada a guerra, os vitoriosos europeus colonizaram o território, dividindo-o em protetorados, que acabaram com a possibilidade de criação de um Estado árabe, porém abriram portas para o sionismo.

No segundo capítulo, a investigação se deslocou para entender as transformações que influenciaram os projetos políticos na primeira metade do século XX. As diversas interferências britânicas ao longo do século marcavam que a independência conquistada pelo Egito, em 1922, não havia se concretizado. Farouk I ficava cada vez mais fragilizado com as consequentes exposições que monarquia sofria ao se submeter ao imperialismo inglês. A derrota na Palestina (1948) e as permanências dos domínios europeus na região fortaleceram a frente anti-imperialista baseada na solidariedade árabe. As correntes do nacionalismo árabe se tornaram menos dispersas, concentrando-se em dois polos, um no Egito e um no Iraque, de onde partiam tentativas de consolidação de alianças e uniões entre as populações árabes. A partir da instalação do Estado de Israel (1947), uma onda radical anunciava a urgência de uma frente contra as suas ambições expansionistas e contra a nova política do pós-guerra das potências imperiais.

O capítulo três se debruça sobre a consolidação do Egito como articulador do projeto panarábico, em especial vinculado à figura do seu presidente, Gamal Abdel

Nasser. Os acontecimentos entre 1956 e 1958 foram profundamente marcados pela articulação política e discursiva do líder egípcio. Dialeticamente seus discursos projetaram uma nova ideia de “nação”, baseada na comunidade árabe, na autodeterminação dos povos e no não-alinhamento na Guerra Fria; da mesma forma, diversos arranjos na política interna e externa (como a nova Constituição, a eleição de Nasser para presidente em 1956 e a consolidação da RAU) também informavam seus discursos. As escolhas narrativas tentavam traçar uma história do Egito que fora subjugado por estrangeiros por séculos, e o movimento revolucionário era a “alvorada” que havia chegado para o “amanhecer da independência³”.

³ Discurso do presidente Gamal Abdel Nasser na Assembleia Nacional , por ocasião da declaração dos fundamentos da unidade entre Egito e Síria, em 5 de fevereiro de 1958. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-578-en>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

Metodologia

A metodologia deste trabalho se deu a partir da leitura da bibliografia para um aprofundamento dos discursos de Gamal Abdel. Sendo uma figura política que estava inserida nos diversos projetos políticos, ele dialogou intensamente com diversas tendências do nacionalismo árabe. É ímpar o entendimento da conjuntura nacional daquele período para entender para quem Nasser estava direcionando sua mensagem, da mesma forma por quem ele reivindicava estar falando. Procurou-se trabalhar com os principais teóricos “clássicos” do nacionalismo, que analisaram a formação da ideologia nacional nos Estados modernos europeus. Por uma questão de escolha intelectual, preferiu-se trabalhar com esses teóricos, mesmo entendendo a importância da crítica pós-colonial e do seu importante movimento em complexificar a ideia de coletividade e de nação em África e Ásia, fugindo de uma mimetização do processo europeu. Abordar esse contexto, a partir desses parâmetros, pode provocar ganhos epistemológicos – analisando os fundamentos dos moldes europeus, pode-se entender as lógicas culturais anteriores, essenciais no diálogo com os teóricos não-europeus, que provocaram as primeiras ondas nacionalistas em solo árabe e egípcio, sobretudo a partir de um maneira europeia de se pensar nação, progresso e coletividade.

A partir dessas obras foi possível entender a germinação do nacionalismo, contemporâneo aos imperativos filosóficos de adotar categorias universalizantes. Criou-se a partir do Estado-nação uma régua de evolução política para as sociedades do globo, entre civilizadas e não-civilizadas, relegando as sociedades “orientais” à categoria de irracionalidade e despotismo, em contraste com o Ocidente racionalizado e burocratizado. Essas noções entraram em contato com os povos árabes a partir das incursões imperiais e das trocas intelectuais no final do século XIX. O nacionalismo recém-nascido nas colônias trazia consigo diversas bases daquele produzido na Europa, e reinterpretava-o a partir da sua realidade política. O diálogo entre os teóricos clássicos com a bibliografia que aborda o nascimento do nacionalismo árabe e egípcio produz uma síntese que permite estabelecer as permanências e as mudanças discursivas desses dois momentos.

Por fim, a análise dos discursos de Nasser se deu em duas situações. Primeiramente, a investigação do arcabouço intelectual e político em que o futuro presidente do Egito estava inserido. Fatores sócio-históricos foram importantes para a construção de uma ideologia nacional que atendesse às novas dinâmicas geopolíticas, além da urgência da construção de uma coletividade árabe a partir do conflito na Palestina contra as forças colonialistas israelenses. Em um segundo momento, o objeto dessa monografia possui algumas especificidades. Os discursos estão disponíveis *online*, no arquivo da Biblioteca de Alexandria, com arquivos de áudio e suas transcrições. O conhecimento prévio da língua árabe auxiliou em demasiado as traduções das falas, em especial para o entendimento da sintaxe e morfologia árabe, que diferem imensamente da língua portuguesa. Para tradução e verificação dos vocabulários foram usadas duas ferramentas: o site *Quranic Arabic Corpus*⁴, que ajuda na identificação de raízes etimológicas e no sentido das palavras no “árabe clássico”, para a tradução em português foi usada a tradução de Mansour Chalita⁵. O *Dictionary of Modern Written Arabic*⁶, da década de 1970, auxiliou nas questões envolvendo o uso do árabe moderno e dos significados que as palavras ganharam através do tempo e da diferenciação geográfica.

⁴ DUKES, KAIS. **The Quranic Arabic Corpus**, 2017. O projeto Quranic Arabic Corpus visa fornecer um recurso linguístico para pesquisadores que desejam estudar a língua do Alcorão. Disponível em: <https://corpus.quran.com>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

⁵ Alcorão 56:35-38. tradução de Mansour Chalita. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

⁶ WEHR, Hans. **A Dictionary of Modern Written Arabic**. Nova York: Spoken Language Services, 1976

1. O imperativo do Estado: o que ele deve ao nacionalismo árabe?

“Ao chegarem ao poder, tais abstrações [do Estado] produziram, por um lado, o mais prodigioso espetáculo jamais visto desde que há uma raça humana: reconstituir *a priori* e pelo pensamento a constituição de um grande Estado real, anulando tudo o que existe e é dado e querendo apresentar como fundamento um sistema racional imaginado; por outro lado, como tais abstrações são desprovidas de ideia, a tentativa de as impor promoveu os mais horríveis e cruéis acontecimentos.”

HEGEL, G.W.F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: M. Fontes, 1997, p.219

O panarabismo de Nasser, investido de uma influência do nacionalismo árabe do começo do século XX, deve ser investigado a partir das raízes coloniais, que trilharam o caminho da libertação e pavimentaram a possibilidade de um terceiro mundo. A introdução de uma forma de organização política e econômica externa, com o crescente aumento da influência britânica no século anterior, possibilitaram pensar a coletividade árabe e egípcia de outras formas. A circulação de ideias, de intelectuais e políticos egípcios no mundo europeu fizeram emergir um nacionalismo nos moldes clássicos, imbuídos essencialmente de uma forte ideia de superioridade do “modelo europeu”, frente a realidade que se moldava: a dominância dos Estados-nações da Europa sob uma “civilização decadente”⁷. Os discursos de Nasser ajudaram a criar uma ideia do ser

⁷ JANKOWSKI, James. Egypt and Early Arab Nationalism, 1908-1922 *In*: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**. Nova York: Columbia University Press, 1991.

“árabe” que, por outro lado, representam um projeto transnacional e transfiguraram a ideia de uma coletividade forjada a partir de pressupostos identitários. Para entender as permanências e discontinuidades dessa coletividade árabe do século passado, faz-se necessário compreender também as influências das ideologias, instituições e ideais dos colonizadores europeus, em especial o nacionalismo.

O nacionalismo do século XIX, enquanto afirmação da ideia de nação que permanece para os tempos contemporâneos, é um produto europeu e resultado de uma sequência de fenômenos históricos, transformando-se em um conceito-chave para pensar as relações sociais e as relações entre as formas de organização política no mundo. A exportação da ideologia da nação para espaços não-europeus, por meio das invasões e influências imperialistas, cristalizou uma determinada forma de conceber e legitimar as coletividades políticas. Somente a partir das bases, do campo discursivo intelectual como também das dimensões institucionais, do já solidificado e racionalizado Estado moderno europeu, que o nacionalismo, na qualidade de fenômeno político, foi possível de se desenvolver⁸. A raiz da primazia do Estado, em detrimento de outras formas de organização política, do discurso civilizatório europeu, frente à irracionalidade e desorganização dos “bárbaros”⁹, da simultaneidade do não-simultâneo e da hierarquização de sociedades, medida pela similaridade com o Estado moderno, pode ser traçada a partir dos pensadores iluministas, suas concepções sobre a lei e moral e seus conceitos *a priori* e “universais”.

Os grandes intelectuais clássicos que debateram o nacionalismo, sua emergência e sua especificidade europeia, elencam diversos fatores para a excepcionalidade da criação de uma coletividade política através da abstração da nação. Ernst Gellner¹⁰ traça uma passagem do mundo agrário ao mundo industrial, contribuindo para uma noção de uma ideologia nacional enquanto suporte intelectual da nova elite dominante que se consolidava no século XIX: a burguesia. A possibilidade de apresentar à sociedade uma ideia de nação, de cultura em comum e de coletividade, só foi possível por conta desse

⁸ AVINERI, Shlomo. “Hegel and Nationalism”. *The Review of Politics*, Oct., 1962, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1962), p.484

⁹ HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. P.311

¹⁰ GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism** (New Perspectives on the Past). Nova York: Cornell University Press, 1983.

movimento “de cima para baixo”, ou melhor dizendo, da junção de interesses comuns entre os setores da burguesia para aparelhar o Estado, desde o âmbito educacional até o econômico, para trajar a nova roupagem da nação e para que os cidadãos fossem promovidos a defensores da pátria.

Eric Hobsbawm¹¹, ao contrário do filósofo checo, coloca as massas como ponto central: os cidadãos que não foram manipulados pelo aparato estatal, mas sim trabalharam dialeticamente com ele na construção de uma nacionalidade. A naturalização do “princípio da nacionalidade”, palavra de ordem da diplomacia *wilsoniana*, é destrinchado pelo autor a vista de construir uma história do nacionalismo antes do século XIX, desde um nacionalismo folclórico até o engajamento total das massas na Primeira Guerra Mundial. Tecida a crítica, por conta do ponto de vista que Gellner analisa o fenômeno do nacionalismo, ainda há um consenso entre os teóricos que o nacionalismo não haveria florescido sem a máquina do Estado moderno, sem um corpo institucional autoconsciente, capaz de incorporar os limites territoriais e de realizar seu processo de burocratização.

Um dos principais movimentos avistados na gênese do Estado moderno, segundo Prodi, é a passagem do pluralismo jurídico, herdado dos diferentes códigos e ordenamentos medievais, para o código do direito do Estado¹². A dialética dessa passagem mantinha as réguas morais do cristianismo, incorporava a figura do Estado como único legitimador do poder e sacralizava a positividade do direito como regra comum.

A revolução francesa representa a passagem chave desse percurso, na medida em que incorporou os princípios teológicos políticos surgidos no pensamento e na prática política durante a gestação do estado moderno, na declaração dos direitos do homem, como lei escrita em que se exprime o pacto social dando vida à nação como pessoa coletiva e novo corpo místico, diante da qual o indivíduo parece isolado desprovido do contexto de relações que sustentavam a sociedade dos corpos. Além das contradições e dos rompimentos, que se darão na passagem da hegemonia relativa à ideologia da igualdade para aquela da liberdade, da propriedade até as contrarrevoluções termidorianas napoleônicas, a proposta da soberania da nação, de ruptura e de continuidade ao mesmo tempo vence em todos os momentos históricos¹³

¹¹ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

¹² PRODI, Paolo. **Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.431.

¹³ *Ibidem*, pp.467-468.

O corpo místico do Estado ganha materialidade na norma escrita: a Constituição¹⁴. O pacto social não reside mais em um plano além-mundo, o soberano não possui uma autorização divina para governar, o Estado é fruto da imaginação política de uma coletividade, da mesma forma que ele exige mecanismos reais de existência: sejam elas as forças de repressão ou o código legislativo.

A normalização do Estado moderno enquanto organização política vigente, assim como de sua legislação autoconsciente, provocou um apagamento do embate que havia em sua gênese entre moral e ordenamento positivo. Montesquieu, teórico iluminista, é, em sua maioria do tempo, reconhecido pela divisão dos poderes no Estado, e não reconhecido pela proposição de que as legislações são fruto de uma “dialética entre o estado e a sociedade entre as leis positivas e as normas éticas”¹⁵. O deslocamento em favor da primazia da norma positiva escrita, tendo o Estado como seu instrumento, pode ser compreendida em um movimento maior, como aquele entendido por Hegel, de progressão para a racionalização do Estado.

A autoconsciência do Estado enquanto instituição e sua organização estariam, de acordo com a *Filosofia da História*, no último estágio do progresso da humanidade, tendo a norma do direito positivo como referência, em detrimento das paixões individuais, dos costumes e superstições. A relevância das obras hegelianas para o pensamento ocidental, tanto suas influências, quanto suas críticas posteriores, é de suma importância para o entendimento da normalização do discurso que naturaliza o Estado moderno enquanto instituição modelo. A maneira como essa tradição hegeliana molda a forma como europeus enxergam e classificam o Outro, concomitante com as diversas missões e incursões nos continentes africano e asiático, constrói a ideia da existência de diversos povos em estágios civilizacionais diferentes, dando abertura para o discurso de “resgate civilizatório”, argumentado pelo próprio Hegel, considerando que essas sociedades “deveriam ser anexadas pela Europa”¹⁶.

¹⁴ Considera-se também a importância de outros códigos, como a própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Constituição Estadunidense (1789), e a sua influência ao estabelecer esse tipo de documento único como forma de registrar o pacto social.

¹⁵ PRODI, Paolo. **Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito**, p.463.

¹⁶ HEGEL, G.W.F. **The Philosophy of History**. Ontario: Batoche Books, 2001. p.110.

A visão do filósofo germânico, apesar de levar em consideração a existência de outras culturas, define o estágio a que elas pertencem no progresso universal e, conseqüentemente, mede a progressão do *Espírito* entre um estágio natural, mais primitivo, e um estágio avançado, mais complexo. Feita essa consideração, Hegel afirma que a Índia e até mesmo a China, com uma ampla tradição de “escritores da História”, continuam do lado de fora da história universal e ainda rendidas ao “despotismo do soberano”. Os árabes, por sua vez, constituem uma longa e antiga tradição, mas que não se ligou a uma “constituição política” e nem a “seu próprio desenvolvimento”¹⁷. A religião do profeta Maomé teria, além de tudo, trabalhado no sentido regresso do desenvolvimento do *Espírito*, permitindo o êxito das paixões e o sucumbimento aos vícios, representados na imagem do Paraíso lascivo muçulmano¹⁸, referenciando as virgens prometidas aos solteiros no pós vida, descritas no Corão¹⁹. A contribuição científica e tecnológica, assim como as inspirações literárias e intelectuais, são irrefutáveis, porém,

*Atualmente, rechaçado para os cantos asiáticos e africanos, e tolerado apenas num canto da Europa devido a inveja das potências cristãs, o Islã há muito desapareceu do palco da história em geral e retirou-se para o sossego e o repouso orientais.*²⁰

As bases da modernidade aparecem como a *Magnum opus* da Europa, considerando qualquer influência estrangeira como algo já pertencente a outro estágio civilizatório atrasado. A modernidade como algo já fabricado, com o *Espírito* realizado no seu máximo a partir do Estado e do corpo místico moderno, ignora as relações do seu “fazer-se” com outros espaços do mundo e outras comunidades. Elementos como a possibilidade da universalidade, sob a doutrina maometana, já estavam presentes na coexistência de diversas comunidades religiosas no Império Otomano. Os diálogos estabelecidos com textos da filosofia grega, e a sua difusão, e com Averróis contribuíram imensamente para a escolástica cristã ²¹. Já em relação ao acúmulo de capitais, o comércio com a Ásia e a colonização do Novo Mundo foram essenciais para que na

¹⁷ *Ibidem*, p.133.

¹⁸ *Ibidem*, p.377.

¹⁹ Alcorão 56:35-38. tradução de Mansour Chalita.

²⁰ HEGEL, G.W.F. **The Philosophy of History**, p.377.

²¹ ROCCARO, Guisepe. Humanismo e Islã: *Consummatio, Modernitatis* e Contemporaneidade nos traços de um ato ideológico *In: DAL RI Jr., Arno, ORO, Ari Pedro (orgs.) Islamismo e humanismo latino: diálogos e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Europa fosse possível o florescimento de uma sociedade industrial²². Mesmo citando brevemente esses aspectos e conexões múltiplas e complexas, faz-se essas ressalvas que são importantes para contemplar, também, as raízes e contribuições não-europeias para a modernidade.

Considerando o Estado enquanto ferramenta para o nacionalismo, Hegel fora inúmeras vezes resgatado por movimentos nacionalistas, contemporâneos e posteriores, e usado como aliado em defesa desse discurso. A contribuição teórica a essa narrativa é retirada a partir do deslocamento do significado de *Volksgeist*, enquanto categoria hegeliana, submetendo-a um significado inverso. Diferentemente de anteriores iluministas, a metodologia de Hegel, longe das aspirações românticas nacionalistas, procurava buscar o fenômeno em seu movimento real, e não mais a partir de categorias metafísicas. Tal perspectiva de análise também pode ser percebida ao contrastar a visão objetiva e racional do direito de Hegel²³, com a versão romântica de juristas alemães, exemplificada no trabalho de Savigny, no qual

A lei está em uma conexão orgânica com o caráter da nação. A natureza do direito constitui a essência interior da nação e decorre da sua história, pois cada nação tem as suas próprias leis e costumes de acordo com o seu espírito particular e único. [...] O direito vive na consciência original (*ursprünglich*) da nação. É criado por forças históricas inconscientes, não pela vontade consciente do legislador formal [...] o legislador apenas dá formalização externa a conteúdos já inerentes ao caráter nacional.²⁴

Essa tradição incorpora uma noção ahistórica da instituição legislativa, colocando o *Volksgeist* como uma categoria causal que determina as condições presentes da sociedade, e não como categoria final que representa a consequência do fenômeno histórico²⁵.

A Escola Histórica Alemã ao argumentar um retorno às “leis primitivas” dos povos germânicos, por exemplo, ignora a noção de progresso e de estágios de racionalização de Hegel, assim como a dialética entre Estado e sociedade que possibilita a criação de legislações a partir da realidade existente. Esse movimento de idealização de uma coletividade “germânica” tribal e de uma glorificação de um passado (neste caso, de um

²² HANNA, Nelly. **Ottoman Egypt and the Emergence of the Modern World: 1500–1800**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2014

²³ AVINERI, Shlomo. “Hegel and Nationalism”, p.477.

²⁴ *Ibidem*, p.475.

²⁵ *Ibidem*, p.474.

código de leis), foi uma ferramenta usada pela *intelligentsia* para forjar um senso de comunidade entre os alemães²⁶. O século XX viu o discurso do ultranacionalismo alemão também se fundar nesses desvios interpretativos, em uma suposta tradição que remeteria a superioridade comprovada dos alemães, dado a sua etapa presente estar no nível superior do desenvolvimento histórico. O último estágio cultural de desenvolvimento estaria ligado à ascensão da razão que, ao tomar consciência de si mesma, cria um corpo institucional: o Estado moderno²⁷. O movimento dialético de incorporação dos princípios cristãos ao mundo germânico²⁸ foi capaz de conduzir à materialidade o Estado moderno, o qual conseguiu consolidar a primazia positiva da norma escrita, conduzindo o Estado como a única fonte de poder²⁹.

Compreender a gênese desse movimento é caro ao estudo do nacionalismo, dada a necessidade intrínseca da existência de um instrumento, o Estado moderno, para o florescer do nacionalismo. A tradição distorcida hegeliana vem ainda sendo alimentada recentemente, contribuindo para uma confusão de categorias, como a afirmação de um “nacionalismo exacerbado”³⁰, a partir da afirmação que o “Estado é força”³¹ e “Estado deve ser autoritário”³². Tanto para Avineri, quanto para historiadores como Hobsbawm³³ e Gellner³⁴, a ideologia nacionalista unicamente se consolidou a partir do instrumento estatal e no seu espaço territorial, com de um discurso de uma *comunidade imaginada*³⁵,

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*, p.476.

²⁸ “The Germanic world is not, therefore, an ethnic, racial, or political nation. It is the Christian Europe, Western Civilization”. *Ibidem*, p.482

²⁹ PRODI, Paolo. **Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito**, p.430.

³⁰ SCLIAR, Wremyr. “Hegel – seu tempo e o Estado”. *Revista de informação legislativa*. Brasília a. 44. N.174 abr./jun. 2007. P. 234

³¹ HEGEL. G.W.F. **Introdução à história da filosofia**. Coimbra: A. Amado, 1980 apud SCLIAR, Wremyr. “Hegel – seu tempo e o Estado”, p.234.

³² HEGEL. G.W.F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: M. Fontes, 1997 apud SCLIAR, Wremyr. “Hegel – seu tempo e o Estado”, p.234

³³ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**

³⁴ GELLNER, HALL. John A. **The State of the Nation: Ernest Gellner and the Theory of Nationalism**. Cambridge: Cambridge University Press 1998.

³⁵ ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Entende-se aqui as contribuições que a crítica pós-colonial faz a essa ideia de “comunidade imaginada”, especialmente ao indagar “quem” pensa essa comunidade. Reitero a escolha de autores “clássicos” do nacionalismo é consciente e faz parte da proposta deste trabalho.

da criação de um passado romântico em comum, que congregasse as diversas coletividades em torno da nação.

O processo de ajustamento do Estado deve levar em conta que sua modernização contempla uma gama de fenômenos históricos que remetem séculos anteriores. Esse tipo de organização política não pode ser levado como um *a priori*, muito menos ser usado como medida civilizatória de sociedades que não experimentaram as mesmas condições e processos históricos europeus. O movimento de secularização do Estado, por exemplo, não existiu em sociedades islâmicas³⁶. A exclusividade e o desenvolvimento da racionalidade autônoma no Ocidente³⁷ é, além de tudo, fruto de uma separação do campo da filosofia da teologia. Já na filosofia árabe há uma multiplicidade de formas de conhecimento legítimos, como, por exemplo: uma razão autônoma, uma razão enquanto resultado da Revelação e de sua interpretação e outra razão “estática, caracterizada pela disponibilidade e meditação”³⁸. Os traços das organizações coletivas, da mesma forma, não devem encarar um modelo único de ser concebidos, dadas as diversas especificidades que cada grupo de indivíduos enxerga e concebe a materialidade. Para Hegel, a razão em sua autoconsciência, em termos gerais, se realiza no Estado³⁹, aqui ela encontra uma mudança em um dos seus fatores, alterando a sua equação: se a razão é encarada de uma maneira diferente, não monolítica, o produto desta também será diferente do Estado secular burocrático europeu.

Sociedades não-desenvolvidas, de acordo com a noção civilizatória do discurso europeu, seriam comunidades legisladas por instrumentos místicos, por ordenamentos diversos, que não constituem a realização do Espírito e, além de tudo, estão localizadas em um ciclo cultural inferior. As comunidades islâmicas, que podem possuir diversos ordenamentos: Alcorão, *Sunna*, *Sharia* e a variação da sua jurisprudência, e baseiam sua

³⁶ ABDEL AL-JABRI, Mohammed. **Introdução à crítica da razão árabe**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

³⁷ De forma alguma afirmo aqui que a racionalidade ocidental é uma razão “pura”, ou verdadeiramente autônoma. Aponto que, ao menos no campo discursivo, houve uma progressiva tentativa de afirmar uma racionalidade separada dos valores religiosos, mesmo que ainda estivesse imbuída histórico e culturalmente de uma tradição cristã.

³⁸ RIGOBELLO, Armando. Humanismo do limite, racionalidade árabe e racionalidade islâmica *In*: DAL RI Jr., Arno, ORO, Ari Pedro (orgs.) **Islamismo e humanismo latino: diálogos e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2004, p.45. A multiplicidade de epistemes em outras sociedades não deve ser levada como um fator deslegitimador de suas formas de vida; o que proponho nesse parágrafo é estabelecer as bases de organizações políticas distintas e em quais formas de racionalidade elas estavam fundamentadas.

³⁹ HEGEL. G.W.F. **Princípios da filosofia do direito**. Pp.216-217

interpretação da legislação no Corão, estariam em um estágio menos avançado, dada a incapacidade do Estado de racionalizar um código único e, o mais importante, separá-lo do campo religioso. Dentro do *fikh*, a corrente hanifista, por exemplo, poderia ser entendida como um “avanço” dentro do dogma islâmico, dada sua capacidade de utilizar a razão em momentos em que o livro sagrado, ou os testemunhos, se demonstravam imprecisos ou não possuíam resposta às questões contemporâneas. Parte do esforço intelectual estava na direção de manter a fé como guia e possibilitar a continuidade da permeação do Islã na sociedade de forma atualizada, da mesma maneira o uso de analogias (a partir do Corão) para aplicar a um novo fenômeno uma determinação que não havia sido regulada ainda (estabelecendo um precedente que seria considerado posteriormente dali em diante).⁴⁰

A criação popular de um sentimento de pertencimento e de laços a um grupo local, mais abrangente que o núcleo familiar, é definitivamente anterior ao Estado moderno e às ideologias nacionais. Sentimentos protonacionais, assim como descrito por Hobsbawm, eram encontrados em uma sociedade não-alfabetizada, em indivíduos que não haviam sido fagocitados pela máquina cultural do Estado. Havia uma impossibilidade, com a ausência da generalização da educação primária, de uma comunicação cultural em níveis “nacionais”, ou seja, dentro dos limites territoriais, uma conexão e identificação dos populares a partir de uma língua e dos seus produtos culturais não era possível. Há exceções com a utilização de uma língua franca, usada por religiosos e por poetas para atingir um contexto cultural mais vasto, respeitando os limites dos dialetos locais. O impacto dessa área de comunicabilidade, da mesma forma, foi sentido de diferentes maneiras por determinadas classes - a elite, que dispunha de ferramentas para uma formação educacional e cultural, poderia se integrar mais facilmente do que uma comunidade de camponeses, restrita ao conhecimento de determinados referenciais culturais e de um ou poucos dialetos⁴¹.

O caminho trilhado no Egito otomano possui diferenças e semelhança com a forma que as dinâmicas linguísticas se deram no interior da Europa. Uma tendência identificada

⁴⁰ KAMALI, Muhammad Hashim. **Principles of Islamic Jurisprudence**. Cambridge: The Islamic Texts Society, 2005

⁴¹ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**, p.69

no começo do século XVII, no que se refere ao árabe escrito, foi a incorporação do coloquialismo. Ao contrário das elites europeias e a sua separação da realidade linguística cotidiana dos populares, a introdução de formas coloquiais, na sociedade egípcia, passou a ser usada amplamente, tanto por grupos comuns como pela “elite” educacional. Esse fenômeno dialético não apenas legitimou uma outra forma de escrita, como facilitou o acesso de indivíduos comuns, que não pertenciam àquela alta ordem cultural, à linguagem escrita, possibilitando também o registro e a “escrita do comum: pessoas comuns e assuntos comuns”⁴².

A criação de uma língua comum, utilizada por indivíduos e pela máquina política, é consolidada apenas no século XIX na Europa. A burocratização do Estado e a imposição não somente no campo legislativo, mas também no campo cultural, é responsável por criar uma narrativa aplicável aos indivíduos vivenciando a coletividade delimitada pelo Estado. O começo do movimento, na Europa oitocentista, de transferir a educação formal para as mãos do Estado, é essencial para compreender o ímpeto em torno da vontade política de homogeneizar a cultura⁴³. A máquina estatal se torna também crucial no mundo do trabalho, pois legitima o lugar e a forma de se adquirir conhecimento e, ao mesmo tempo, destrói as possibilidades, fora do comando do Estado, de aprendizado a partir dos ensinamentos do núcleo familiar, de um clã, e/ou da pequena comunidade local⁴⁴. O “monopólio cultural”, entendido aqui como até “mais importante que o monopólio da violência”⁴⁵, estaria estabelecido a partir dessa ligação entre a possessão do Estado dos meios de ensino e a necessidade imposta ao indivíduo, no mundo industrial, de absorver essa cultura base para ser capaz de desenvolver habilidades em uma determinada ocupação e conseguir se conectar e construir um sentimento de pertencimento com a sociedade⁴⁶.

O próprio nascimento da História como disciplina, no ambiente europeu, remete ao ponto de interferência estatal no âmbito educacional. A cultura, enquanto alta cultura,

⁴² HANNA, Nelly. **Ottoman Egypt and the Emergence of the Modern World**: 1500–1800, pp.48-49.

⁴³ GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**, p. 35

⁴⁴ Além disso, como argumentado por Gellner, a partir de Dore (1976), a primazia da norma escrita enquanto imperativo na construção do Estado moderno, torna o conhecimento somente válido baseado em avaliações e/ou diplomas, realizados por instituições imparciais, autorizadas pelo Estado.

⁴⁵ GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**, p.34

⁴⁶ *Ibidem*, p.37

aquela que o Estado e a elite detêm, é defendida como base para a educação do indivíduo por Humboldt, historiador responsável por reformular as universidades e fazer parte do surgimento da Universidade de Berlim⁴⁷. Dado todo o movimento da urgência e prevalência daquilo que é escrito, para o Estado moderno, já explicado anteriormente, o estatuto de documento histórico segue o mesmo caminho. As sociedades antes colocadas por Hegel, por exemplo, no início do trajeto do *Espírito* (em seu estado natural), ganhavam um reforço de uma disciplina acadêmica, que também argumentava que tais sociedades se encontravam fora da via da história universal, em um estágio anterior à própria história.

A comunidade imaginada, sobre a qual Anderson disserta, a partir da língua como fator comum, pode encontrar sua gênese conectada a esse movimento ao qual Gellner se refere ao argumentar que a cultura do Estado “deve ser uma cultura grande ou elevada (alfabetizada, sustentada pela formação), e não mais ser uma pequena cultura ou tradição diversificada, ligada à localidade [e/ou] analfabeta”⁴⁸. A língua, dentro do campo de expressão da cultura de um povo, haveria de ser, da mesma forma, instrumentalizada, tornando-se cada vez mais expressivos os impulsos dos Estados a favor de uma unificação linguística⁴⁹. A expansão burocrática, apontada aqui pelos dois autores, é causa e fruto desse movimento, no estabelecimento de uma administração e sua necessidade de uma língua oficial escrita, como também o acesso que os indivíduos possuíam aos meios de incorporarem essa máquina estatal está inteiramente ligado ao êxito do controle no sistema educacional.

O Egito, em meados do século XIX, começa a invocar uma preocupação semelhante. Este movimento, contudo, deve levar em conta a posição do que significava “saber escrever”, em especial em uma sociedade majoritariamente agrária, como era o caso da egípcia. A construção da ideia de “letramento” e de uma sociedade baseada na escrita é, como demonstrado no movimento acima, um fenômeno moderno, instituído em uma sociedade, e em um tipo de modo de produção de riquezas, no qual há a necessidade de alfabetização em massa da população. Outras formas de conhecimento

⁴⁷ TOMA, Maristela. “Wilhelm Von Humboldt e a atualidade de seu legado para a Teoria da História”. *Rev. Hist. UEG - Morrinhos*, v.10, n.1, e-012107, jan./jun. 2021

⁴⁸ GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**, p.38

⁴⁹ ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**, p.88

e de aquisição mais tradicionais foram sendo abandonadas em detrimento da regulação moderna e direta do Estado. O processo de burocratização e da utilização de censos, cada vez mais colocados como ferramentas de controle da população e como medida para a intervenção pública, eram usados para dirigir a atenção da máquina estatal para locais onde não havia escolas⁵⁰.

Em árabe, há o conceito de *ummiyya* (أمي), analfabeto, um adjetivo dado ao profeta Maomé no livro sagrado do Islã⁵¹. Deixando de lado a noção eurocêntrica que equaliza alfabetização a conhecimento, esse “analfabetismo” revela a expressividade que outras formas de conhecimento possuíam, com o destaque para a tradição oral. Deve-se considerar que há um ímpeto, dentro da comunidade religiosa, para a memorização do Corão, deixando de lado a primazia do lado material e da escritura em si. A ausência da habilidade de escrita e leitura era vista até como desejável, velando-a com um aspecto de pureza, dada a distância da materialidade das palavras e da proximidade com aspecto divino da revelação⁵². Ao contrário, o conceito de *jahila* (جهل)⁵³, associado com a ignorância, sempre foi visto como um inimigo comum da sociedade islâmica.⁵⁴

O processo de reformas, iniciado na metade do século XIX, procurava sanar as dificuldades que colocavam o Egito fora do mundo moderno. O árabe, como língua em si, encontrava problemas hegemônicos ao ser comparado com outras línguas, somado ao distanciamento do dialeto coloquial do árabe clássico e à “ineficiência” das escolas tradicionais. Ineficiência essa que deve destaque às próprias habilidades que um Estado moderno, seu aparato jurídico e burocrático, exige, fazendo com que “graduados entrassem no serviço público sem ter a habilidade de escrever uma carta oficial, um relatório administrativo ou um julgamento”⁵⁵. Esse abismo entre uma suposta eficácia educacional e o aprendizado dos estudantes, fala mais sobre o aparato exclusivo do

⁵⁰ YOUSEF, Hoda A. **Composing Egypt Reading, Writing, and the Emergence of a Modern Nation, 1870–1930**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

⁵¹ Alcorão 7:157-158, analfabeto de acordo com Alcorão, tradução de Mansour Chalita. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

⁵² YOUSEF, Hoda A. **Composing Egypt Reading, Writing, and the Emergence of a Modern Nation, 1870–1930**.

⁵³ Alcorão 7:199; raiz de الْجَاهِلِينَ (ignorantes)

⁵⁴ YOUSEF, Hoda A. **Composing Egypt Reading, Writing, and the Emergence of a Modern Nation, 1870–1930**, p.131

⁵⁵ *Ibidem*, p.139

Estado moderno e do seu tipo de cidadão-ideal, do que sobre a eficiência das escolas em ensinar o árabe.

A intervenção britânica teve, sem sombra de dúvidas, impacto sobre as formas de administração, a ingerência do Estado na educação e nas formas de se conceber o espaço escolar. A divisão de escolas públicas, onde se ensinava basicamente o árabe, e escolas privadas, onde eram ensinadas línguas europeias (inglês, francês), acentuava a divisão social imposta pelas condições econômicas pré-existentes. O cônsul-geral do Egito, Lord Cromer⁵⁶, advocava ainda que as escolas básicas de árabe encontrariam resultados desastrosos se incorporassem o ensino de línguas estrangeiras. O administrador britânico afirma que essa ideia seria perigosa pois teria a potencialidade de criar uma geração de estudantes que contestasse o *status quo*, a sua classe de nascimento. Havia, então, uma língua cultural, o árabe, enquanto o francês e o inglês eram as línguas que representavam o poder socioeconômico e, não longe disso, seu poder político⁵⁷.

A partir do século XVII, dado processo de aparecimento e consolidação de coloquialismos na língua árabe, diversos textos escritos começaram a manifestar este tipo de variação, desde poemas, histórias e crônicas, até documentos oficiais do governo egípcio⁵⁸. Três séculos depois, o problema para as políticas governamentais esbarrava no fato de que esse árabe clássico era muito diferente do árabe egípcio, do uso cotidiano, bem como da sua modalidade falada.

Se o objetivo era inculcar algo para além da alfabetização funcional e comunitária disponíveis nos *kuttābs* locais ou em ambientes informais, então os futuros agricultores, artesãos, donas de casa e lojistas teriam um longo caminho pela frente. Eles não podiam passar cinco ou mais anos em um estudo linguístico exaustivo que parecia ser necessário se alguém quisesse ser capaz de ler e escrever em árabe adequado ⁵⁹.

⁵⁶ Lord Cromer foi um diplomata britânico que assumiu o cargo de cônsul-geral do Egito em 1883. A interferência britânica nos assuntos internos se deu logo após o Egito ir a bancarrota em 1876, após ter solicitado diversos empréstimos para a construção do Canal de Suez

⁵⁷ YOUSEF, Hoda A. **Composing Egypt Reading, Writing, and the Emergence of a Modern Nation, 1870–1930**, p.139

⁵⁸ HANNA, Nelly. **Ottoman Egypt and the Emergence of the Modern World: 1500–1800**.

⁵⁹ YOUSEF, Hoda A. **Composing Egypt Reading, Writing, and the Emergence of a Modern Nation, 1870–1930**, p.143.

O caráter do orgulho nacional, pautado nos movimentos nacionais, estava também em jogo. Apesar de ser pouco utilizado plenamente no dia a dia, o árabe clássico ainda era a língua do Corão, ou seja, a língua original do Profeta e da Verdade, e de trabalhos literários clássicos. Ao contrário de se pensar que havia um discurso de valorização do árabe coloquial tipicamente egípcio, por parte de grupos nacionais, a proposição de introduzi-lo veio justamente de ministros britânicos. Além da desconfiança da imposição dos burocratas estrangeiros, havia um discurso argumentando que ao prestigiar uma língua coloquial “fraca”, o árabe clássico perderia sua posição de notoriedade para o inglês⁶⁰. É possível identificar um protonacionalismo linguístico, nos termos de Hobsbawm, da forma como esse sentimento também se relaciona com os símbolos religiosos, a um pertencimento à *umma* islâmica, e com a própria reação e organização contra a ocupação estrangeira. Esse ímpeto em torno dos cuidados com a língua deságua na Constituição de 1923, com a salvaguarda do direito de todas as crianças de aprender árabe, em sua modalidade formal, em escolas públicas, além de varrer a ideia da sabedoria tradicional, que via no “iletramento” um sinônimo de pureza e conexão com o divino. A mudança na realidade se concretizou na língua: *ummiyya* se tornava cada vez um traço de *jahila*.

A ocupação britânica reorganizou toda a vida social do Egito, em seus aspectos econômicos, de projeções a longo prazo, sua dinâmica jurídica e, da mesma forma, seu aparato educacional. A necessidade de formação da juventude egípcia se refletiu no discurso, por parte da administração britânica, na pressão de se construir instituições de ensino especializadas. Em 1905, através de um relatório sobre a situação do Egito e do Sudão⁶¹, Cromer afirma a necessidade de fomento para a criação de “escolas industriais úteis” que eram essenciais para o desenvolvimento e aprimoramento do primeiro setor,

⁶⁰ da mesma forma como se deu o processo na colonização da Índia e a perda da legitimidade da língua local para o inglês (*ibidem*)

⁶¹ Considera-se a “união” do território que hoje compreende Egito e Sudão, através do Compromisso do Condomínio Anglo-Egípcio, assinado em 19 de janeiro de 1899 e 10 de julho de 1899. A conquista do Sudão é colocada em um contexto de necessidade de salvar a região do alto Nilo, e toda sua importância para a irrigação e abastecimento de água e, não obstante, pela incapacidade financeira egípcia de assegurar a região. Firma-se o acordo duplo como uma forma de dividir as responsabilidades, além de assegurar a dominância britânica na região (TIGNOR, Robert L. **Modernization and British Colonial Rule in Egypt, 1882-1914**. Princeton: Princeton University Press, 1966.). A estrutura política durou 57 anos, até a formação da República do Sudão, em 1956.

já que o Egito era um país “eminente agrícola”⁶². Em outras palavras, o crescimento egípcio há de ser direcionado, há uma necessidade de formar cidadãos especializados, por conta do próprio crescimento da população, mas sobretudo para atender aos interesses da economia britânica. Esse relatório de 1905 coincide com as tratativas de 1904 entre o governo britânico e francês⁶³, que fez com que “as administrações mistas, como as ferrovias, o porto de Alexandria e os telégrafos, foram abolidas e colocadas sob o controle direto do governo egípcio”⁶⁴. A construção de infraestrutura atende, de fato, às necessidades de exportação de matérias-primas, mas também monopoliza o controle e submete à tutela dos ingleses.

Longe da interferência britânica ser recebida passivamente pela população egípcia, como foi observado na recusa da versão vernacularizada do árabe clássico, o mesmo se deu no âmbito burocrático. Pós-1906, graças às pressões acumuladas desses movimentos, Cromer nomeia *Sa'ad Zaghlul*, advogado e posteriormente líder do partido *Wafd*⁶⁵, ao Departamento de Instrução. No ano seguinte, sob o comando do novo comissário britânico, Eldon Gorst, os nacionalistas egípcios pressionaram novamente por reformas na educação, que foram atendidas nos primeiros momentos do mandato⁶⁶. O setor educacional que se relacionava à formação técnica e industrial apela também para as suas necessidades de reforma, ganhando um setor administrativo para o “ensino técnico (agrícola, industrial e comercial), vinculado ao Ministério da Instrução Pública”⁶⁷, ainda no final do ano de 1906. Pode-se identificar também que essa pressão veio do setor manufatureiro que, ao passo que a indústria têxtil britânica se consolidava como

⁶² TURIANO, Annalaura. “État, réformistes et philanthropes.” *Histoire de l'éducation*, 2017, No. 148, Histoire de l'éducation au Moyen-Orient de la fin du XIXe siècle à nos jours, 2017, p.45.

⁶³ Além da entrega do comando administrativo de várias partes do Egito para os britânicos, os franceses exigiram um contraponto: uma data de saída dos britânicos da tutela do governo, pois seu dever civilizatório já estaria cumprido.

⁶⁴ TIGNOR, Robert L. **Modernization and British Colonial Rule in Egypt, 1882-1914.**

⁶⁵ Partido nacionalista liberal egípcio fundado em 1919, com importante expressividade no período da monarquia constitucional do Egito. Na eleição de 1924 para o parlamento, o partido manteve 90% das cadeiras

⁶⁶ TURIANO, Annalaura. “État, réformistes et philanthropes.”

⁶⁷ *Ibidem*, pp.46-47

hegemônica⁶⁸, os produtos e as técnicas tradicionais egípcias eram deixados de lado, graças ao efeito colateral do “progresso tecnológico”⁶⁹

A sociedade industrial, em seu processo de construção, encontra um campo fértil para as ideologias nacionais. Assim como Gellner coloca a massificação da cultura, dos instrumentos educacionais somados à criação de uma sociedade móvel como fenômenos necessários gerenciados pelo Estado às exigências do mundo industrial, Amin⁷⁰ realiza uma análise parecida. O autor egípcio argumenta como a instituição de uma mobilidade no trabalho gerida por uma “legislação, sistema monetário [e] política econômica do Estado”⁷¹ foi essencial para a gestação do capitalismo e das ideologias nacionais. O debate construído aqui é essencial para o entendimento de como o surgimento do capitalismo industrial retroalimentou as ideologias nacionais, de cima para baixo, com os interesses da burguesia assegurados dentro da máquina estatal.

A elite econômica industrial conseguiu afirmar sua dominância no discurso quando convergiram seus interesses econômicos, ou seja, a produção de riquezas e acumulação de capital pela burguesia, aos interesses da nação. Arendt, em seu artigo sobre as relações no desenvolvimento histórico entre nacionalismo, imperialismo e chauvinismo⁷², aponta como foi exitosa a associação da necessidade econômica de expansão de mercado e de exploração de obra-prima, a partir das incursões imperiais em outros continentes, com a necessidade econômica da nação. Um discurso imperialista, que bebia das teorias de progresso da segunda metade do XIX, é colocado como uma solução eterna para a necessidade perpétua da expansão econômica capitalista e serve, como dito por James Mill, como “um sistema externo vasto de alívio para as classes

⁶⁸ Destaque também para os grandes investimentos estrangeiros privados realizados em obras hidráulicas de irrigação de campos de algodão. A ideia da construção da barragem de Assuã é pensada nesse contexto, em 1894, porém o projeto original é rejeitado, dadas as críticas à potencial destruição de templos antigos e locais arqueológicos. Apenas 4 anos depois, Cromer decide dar continuidade ao projeto, com a metade da magnitude original. A construção da barragem visava viabilizar o cultivo nas terras do alto e médio Nilo e resultar em um investimento a longo prazo, em especial para cobrir os gastos e pagar os empréstimos que os egípcios haviam feito nas tentativas de desenvolvimento da região do Sudão.

⁶⁹ TURIANO, Annalaura. “État, réformistes et philanthropes.”, p.48

⁷⁰ AMIN, Samir. **O eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

⁷¹ *Ibidem*, p.197.

⁷² ARENDT, Hannah. “Imperialism, Nationalism, Chauvinism”. *The Review of Politics*, Vol. 7, No. 4 (Oct., 1945), pp. 441-463

superiores"⁷³. Tal era a consolidação de interesses da burguesia com os interesses da nação que, segundo a filósofa alemã, a ideologia imperial ia além das motivações partidárias internas.

Longe do que Nairn propôs o nacionalismo como uma “patologia moderna”⁷⁴, ele de fato foi um fenômeno que deve muito à modernidade europeia. Sem o aparato burocrático institucional, as fronteiras territoriais devedoras do absolutismo monárquico, o monopólio cultural e da violência estatal, a ideologia nacional não haveria desabrochado na Europa do século XIX⁷⁵. Todo o caminho percorrido até aqui propõe uma indissociável importância da cristalização da forma do Estado moderno com o nacionalismo, assim como boa parte desse aparato estatal (e até mesmo no caso de teóricos como Hegel e Montesquieu, cultural) foi utilizado depois como ferramenta das elites dominantes. A nova *intelligentsia* precisava conclamar as massas para fazerem parte da história⁷⁶, uma história que cada vez mais possuía um caráter homogeneizante, particular, nacional e linguístico. O que proponho discutir daqui em diante é como a nação, da mesma forma que a modernidade, não foi apenas produzida imperativamente de cima para baixo, mas como as mudanças foram fruto de uma relação entre sociedade civil e Estado, entre as instituições e indivíduos, que ao reproduzir o mito romântico da nação não estavam apenas aderindo ao discurso dominante, e sim incorporando-se à coletividade⁷⁷.

No espaço colonial, a relação entre os interesses da elite local, os interesses metropolitanos e os interesses das massas provocaram, além de novos atritos com a introdução de estrangeiros, o surgimento de novos movimentos e reivindicações. No ambiente do império otomano, o ímpeto modernizador, a perda de territórios enfrentada no final do século XIX e a intromissão, administrativa e financeira, de potências estrangeiras nos assuntos internos do império foram motores para o agregamento de interesses de classes sociais diferentes em torno de um projeto de nação. O otomanismo

⁷³ *apud* ARENDT, Hannah. “Imperialism, Nationalism, Chauvinism”, p. 456.

⁷⁴ *apud* ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**, p.13.

⁷⁵ AVINERI, Shlomo. “Hegel and Nationalism”, p.484.

⁷⁶ NAIRN *apud* ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**, p.91.

⁷⁷ Trabalhos como o *Nações e Nacionalismo desde 1780*, de Eric Hobsbawm, surgem como uma crítica ao modelo proposto e analisado por Gellner de uma “modernização pelo alto” (p.20). A questão se coloca não como determinante entre os modelos, mas como há uma necessidade de consultar ambas as visões e o que elas têm a contribuir para o estudo do nacionalismo.

nascente no começo do XIX ainda encontrava pares à altura, formando embates e intersecções com outros movimentos de caráter nacional, como o caso do Egito, ou como o arabismo desabrochado nos territórios orientais do império^{78 79}.

A ideologia da nação, já na segunda parte do século XIX, não foi somente imposta às sociedades não-europeias através da colonização. O diálogo e as trocas de intelectuais, jornalistas e políticos do Império Otomano com as “novas” formas europeias de conceber coletividade, por exemplo, são anteriores a isto. Os termos de pátria e patriotismo, na verdade, são introduzidos em primeira instância. Antes da virada da metade do século, o intelectual egípcio *Rafī'at-Tahtawi*, já havia viajado à França e redigido uma série de obras sobre a civilização europeia e possibilidade de cooperação entre a comunidade cristã e muçulmana. Ele analisa o atraso em que se encontram os países islâmicos, em comparação com o progresso cristão-europeu, e propõe uma incorporação dos saberes ocidentais, sem deixar de lado o alicerce da “verdadeira religião”⁸⁰. A explicação para o avanço dos europeus, além de tudo, estaria ligado à sua relação com o patriotismo, sua defesa da pátria. O que ele advoca aqui é paralelo com os pensamentos que rondavam a Europa, a convivência contemporânea de sociedades que vivem em tempos, estágios civilizacionais diferentes, o que difere são seus meios: a tradição hegeliana, por exemplo, vê na colonização a potencialidade da transformação da força modernizadora⁸¹, *Tahtawi* vê a conciliação com a fé islâmica para finalmente fechar a lacuna de desenvolvimento entre as duas civilizações.

Essas afirmações trouxeram reações divergentes para os seus conterrâneos, assim como as reformas acentuadas na segunda metade do século XIX. Ao contrário dos escritos do advogado egípcio, “a literatura produzida depois de 1860 possuía uma intensidade emocional”, com traços de “uma amarga lamentação pela perda de poder e

⁷⁸ Territórios orientais do império são a região do *Hijaz* (sudoeste da península arábica) e as regiões onde hoje correspondem os países da Síria e Iraque.

⁷⁹ DAWN, C. Ernest. *The Origins of Arab Nationalism In: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. The Origins of Arab Nationalism*. Nova York: Columbia University Press, 1991.

⁸⁰ *Ibidem* P.5

⁸¹ HALBROOK, Stephen P. “Left Hegelianism, Arab Nationalism and Labor Zionism”. *The Journal of Libertarian Studies*, Vol VI, Nº2 (Primavera 1982), pp.181-199.

glória que havia outrora pertencido ao Islã”⁸². Além dos ataques ao governo, e seu ímpeto reformista e entreguista, a modernidade era vista como algo que teve suas raízes no próprio Islã, mas que foi absorvida pela Europa, enquanto os muçulmanos entraram em decadência, por conta do desvio da fé original⁸³.

É possível identificar neste discurso um movimento muito parecido com aquele mito romântico nacionalista, descrito por Hobsbawm. Da mesma forma, a crítica de Hegel sobre a romantização do passado, pela escola histórica alemã, com a argumentação a favor da volta de leis tribais, encontra semelhança aqui com a idealização de um passado glorioso pelos árabes muçulmanos contrastado com um presente decadente, frente a um “verdadeiro islã” ao qual urge um retorno.

Nos primeiros anos do século XX, os árabes muçulmanos desenvolveram uma auto-visão nacionalista árabe que iria fornecer o núcleo da ideologia nacionalista árabe [...]. O verdadeiro Islã dos antepassados concedeu racionalidade à humanidade e criou os fundamentos da modernidade, que o Ocidente tomou emprestado.⁸⁴

Contudo, há uma grande gama de possibilidades de identificação desses grupos, a heterogeneidade pode ser vista a partir de árabes nacionalistas que eram a favor dos otomanos, porém contrários à visão centralizada e unificada do império⁸⁵. Depois da entrada dos Jovens Turcos⁸⁶ ao poder, as possibilidades de alinhamento foram redesenhadas. O movimento nacionalista árabe começou a denunciar o processo de “turquificação” do império, especialmente nas substituições dos postos de comando por membros do partido, e a cooperação com forças estrangeiras sionistas. Tal oposição à colonização da Palestina era defendida também pelos unionistas, aos quais os árabes nacionalistas se opunham⁸⁷.

⁸² DAWN, C. Ernest. The Origins of Arab Nationalism *In*: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**, p.6.

⁸³ Mais tarde, no começo do século XX, alguns artigos começaram a relacionar o declínio da comunidade islâmica com questões étnicas e nacionalistas. *Sa'id Halim*, neto de *Muhammad Ali*, publicou artigos “attacking ethnicity and nationalism as causing the Islamic decline, singling out the Mongols—and the Turkists implicitly— as the chief villain among the nationalities who had corrupted the pure Islam of the ancestors, meaning, of course, the Arabs.” (*ibidem*, p.18)

⁸⁴ *Ibidem*, p.8.

⁸⁵ “Unionistas”

⁸⁶ Movimento político que advogava por uma reforma do Império Otomano e defendia a criação de um governo constitucional. O movimento formaria um partido organizado, o CUP (Comitê de União e Progresso), em 1889.

⁸⁷ DAWN, C. Ernest. The Origins of Arab Nationalism *In*: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**.

O processo de turquificação do império foi, para Dawn, superestimado. Nacionalistas árabes acusavam, além da proeminência de turcos em cargos de comando, o CUP (Comitê de União e Progresso, partido político dos Jovens Turcos) de trazer mudanças referentes à língua no campo administrativo, judiciário e da educação. As resoluções do partido no comando, porém, não mudaram nenhuma legislação vigente, apenas ratificaram as já existentes.

O turco foi declarado a língua do estado e de toda a correspondência e petições oficiais. As escolas privadas deveriam estar sob a supervisão do Estado. O turco deveria ser ensinado em todas as escolas, incluindo a primária, e o turco era a língua de instrução exigida nas escolas acima do nível primário inferior, mas sem interferir no ensino da língua, crenças e literatura de qualquer nacionalidade⁸⁸.

Essa visão pode denotar um entendimento equivocado, que acaba colocando o nacionalismo árabe como resposta à ascensão dos Jovens Turcos. Esse tipo de oposição, ainda segundo Dawn, é miscigenada com ideias inéditas, vindas do contexto europeu, no qual a “vitalidade de uma nação era inseparável de sua língua”⁸⁹.

São notáveis as possibilidades de posições que os grupos defendiam, negociando ao mesmo tempo sua identidade, como também valores e noções de coletividade estrangeiras. O caso egípcio, na virada do século XX, demonstra novamente essa heterogeneidade. Desde a década de 1870, a ênfase no Egito foi dada aos egípcios e não ao mundo árabe. A posição do Egito era concebida como exceção, sua unidade histórica e geográfica, a ode ao passado faraônico e a autonomia em relação aos otomanos eram combinadas com a figura do sucessor histórico do baluarte da *umma* islâmica. Os termos em que uma coletividade arabista podia ser pensada eram diferentes. Parte dos líderes do partido *Watan*⁹⁰ argumentavam que a divisão e criação de uma coletividade política árabe no interior do Império serviriam, unicamente, para enfraquecer a unidade territorial e facilitar a entrada para os invasores britânicos⁹¹, enquanto os

⁸⁸ *Ibidem*, p. 20

⁸⁹ *Ibidem*, p.21.

⁹⁰ Fundado em 1895, era um partido de direita nacionalista anti-britânico composto pela burguesia e simpatizantes da monarquia.

⁹¹ Em momentos adiantes, o Egito mostrava simpatia com a aliança entre otomanos e alemães, como uma resposta à intromissão Aliada na região. “There are vague reports of some Egyptian nationalists having considered an anti-British uprising in conjunction with an anticipated Ottoman invasion across the Suez Canal.” (JANKOWSKI, James. Egypt and Early Arab Nationalism, 1908-1922 *In*: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**. p.254)

líderes do *Islah*⁹² eram uma exceção – enxergavam com fraternidade a ideia árabe, mas unicamente com o intuito de fortalecer os interesses do soberano egípcio na parte oriental do império⁹³.

A revolta árabe, no meio da Primeira Guerra, assim como o próprio conflito mundial em si, consolidam algumas dessas posições. O levante árabe contra as forças do império, apoiado pelos Aliados, muda a configuração que os movimentos nacionalistas árabes possuíam em relação aos otomanos. Durante a convocação britânica, logo no início do conflito rebelde, o Sultão egípcio resistiu à ideia de mandar egípcios para o conflito, recomendando a presença “de tropas sudanesas”⁹⁴. Os próprios oficiais britânicos não acreditavam que seria uma boa ideia levar oficiais egípcios, que provavelmente teriam sentimentos pró-turcos, para cooperar com os árabes. O sentimento das tropas enviadas ao *Hijaz*, em 1916, é lida por Lawrence: “[eles] estavam lutando contra os turcos, por quem tinham uma consideração sentimental, em nome dos árabes, um povo estrangeiro que falava uma língua semelhante à sua, mas que diferia em seu caráter e possuía uma vida mais ‘bruta’”⁹⁵.

Qualquer relação do Egito com “as políticas árabes durante a guerra, foi acidental⁹⁶”, e o pós-guerra fez a correnteza colaborar ainda mais com as forças pró nacionalistas egípcias. Essas forças que já eram congregadas em torno da nação, e não em torno da ideia árabe, se fortaleceram ainda mais, atuando para neutralizar rastros da soberania otomana, como também para conseguir uma independência *de facto* dos britânicos. Mesmo na mesa de negociações do pós-guerra, o partido *Wafd*⁹⁷ foi incisivo ao recusar uma proposta de participação com outros movimentos nacionalistas árabes. O caso da conferência, no fim do ano de 1918, é emblemático da retórica nacionalista egípcia, quando argumentou-se uma superioridade na capacidade de se governar dos

⁹² Sociedade reformista nacionalista notória pela sua ligação com a instituição científica e religiosa *Al-Azhar Al-Sharif*.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*, p.255.

⁹⁵ *apud* JANKOWSKI, James. Egypt and Early Arab Nationalism, 1908-1922 *In*: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**, p.256

⁹⁶ *Ibidem*, p.259.

⁹⁷ Ver nota 63.

egípcios, em detrimento dos “árabes, sírios, mesopotâmios aos quais o governo anglo-francês havia garantido autodeterminação”⁹⁸.

Enquanto a Síria enxergava, no começo do século, uma possibilidade de união com os egípcios através da identidade árabe contra a desintegração do império, os movimentos nacionais não demonstravam nenhuma simpatia. O Egito era, na visão dos *Watani*, uma unidade nacional existente e representada pelo império, ou até mesmo na visão de *al-Sayyid*⁹⁹, um território nacional por si só, sem a codependência de seus vizinhos¹⁰⁰. A ambiguidade em torno da adoção de um árabe coloquial egípcio e o árabe clássico, já discutida aqui, parece não ter respaldo na apropriação da identidade árabe pelos egípcios. Uma autonomia política, uma relativa unidade geográfica, o fluxo de ideias com a Europa na metade do XIX e o sentimento contra a ocupação britânica podem ter sido os motores de um nacionalismo egípcio mais maduro e mais delimitado com os interesses da nação e do território, ao que parece os moldes do modelo europeu. Aquele sentimento árabe que floresceu na Síria e no Iraque contra a opressão centralizadora não encontrava respaldo nem solidariedade com a maioria dos cidadãos egípcios, porém a maré violenta do século XX faria essa tendência mudar¹⁰¹.

⁹⁸ JANKOWSKI, James. Egypt and Early Arab Nationalism, 1908-1922 *In*: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**, p.262.

⁹⁹ Intelectual nacionalista e anti-imperialista nascido em 1872, diretor da universidade do Cairo

¹⁰⁰ JANKOWSKI, James. Egypt and Early Arab Nationalism, 1908-1922 *In*: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**, p.253.

¹⁰¹ *Ibidem*

2. A convulsão mundial e o nacionalismo árabe

“As Nações Árabes entraram na Guerra da Palestina com o mesmo grau de entusiasmo. [...] Eles saíram da guerra com o mesmo amargor e frustração. Todos eles ficaram expostos, cada um em seu país, aos mesmos fatores e foram governados pelas mesmas forças, que causaram suas derrotas e fizeram suas cabeças se curvarem com vergonha e humilhação

[...] Eu costumava caminhar entre as ruínas em volta de mim, as quais foram deixadas depois dos bombardeios do inimigo. Ali eu viajava longe na minha imaginação. Minha viagem me levou para a esfera das estrelas, onde eu olhava toda a área com a altura que eu estava. A imagem que estava diante de mim era clara. Aqui era o lugar em que nós estávamos cercados”

- NASSER, Gamal Abdel. **A Filosofia da Revolução**. São Paulo: Edarli, 1963 pp.59-60

Em meados da década de 1950, o Egito se transformou no principal articulador das políticas em torno da ideia de um mundo árabe, em especial por conta da figura do coronel e presidente Gamal Abdel Nasser (جمال عبد الناصر)¹⁰². A sua chegada ao poder executivo no Egito, em 1956, e os acontecimentos dos próximos 2 anos, chamam a atenção pelo seu caráter nacionalista árabe, completamente diferente da posição que o país adotara nas décadas anteriores. As políticas e os discursos enunciados pelo líder egípcio estão inseridos em um contexto maior – devedor das mudanças nos cenários coloniais e dos novos movimentos nacionais que floresciam na região do atual Marrocos até o Iraque. As demarcações territoriais desenhadas representavam uma realidade diferente da vivida, como comentado no capítulo 1, a introdução do Estado-nação trouxe consigo a urgência das fronteiras e de instrumentos que fossem capazes de homogeneizar o “povo” que vivesse dentro delas. O movimento dialético da resistência dos povos africanos conciliou as paixões nacionalistas e as identidades enquanto “colonizados” em torno da sua luta anticolonial. Tanto o panafricanismo de Nkrumah como o panarabismo de Nasser foram capazes de aproximar indivíduos que estavam fora das barreiras limítrofes que os colonialistas europeus haviam inventado¹⁰³.

A permanência da influência britânica no Egito não somente se dava em termos políticos, mas também na forte presença militar no fim da Segunda Guerra Mundial. Cerca de 1 bilhão de suprimentos e 80 mil soldados ocupavam o entreposto mais importante

¹⁰² Apesar da literatura em português traduzir o primeiro nome como “Gamal”, a letra ج no alfabeto árabe possui som de /j/ se aproximando mais da consoante “J”. (WEHR, Hans. **A Dictionary of Modern Written Arabic**)

¹⁰³ GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**.P.82

entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho: o canal de Suez¹⁰⁴. Inaugurado em 1869, o Canal seria administrado pela Companhia de Suez e posteriormente protegido por forças inglesas. Somente em 1888, Reino Unido, França, Espanha, Império Russo, Áustria-Hungria, Alemanha e Império Otomano assinariam o tratado que permitia o uso livre de sua passagem, levando em consideração a importância comercial que o canal tinha entre os países europeus e suas colônias além-mar¹⁰⁵. O contexto da sua criação, contudo, envolve um embate político maior. A Revolta *Urabi*¹⁰⁶ foi uma reação à influência britânica nos assuntos internos egípcios, inclusive na construção e administração do canal, que provocou a ocupação militar definitiva do Egito, levando Lord Cromer ao cargo de Cônsul-geral¹⁰⁷.

Durante a abertura da Assembleia Nacional, em 22 de julho de 1957, Nasser se dirige ao parlamento e se refere a Revolta *Urabi* de duas formas. Em um momento, chama de “intifada”¹⁰⁸, e sinaliza como ela foi esmagada pelo colonialismo britânico; logo após, usa o termo “revolução”¹⁰⁹ para se referir ao mesmo movimento. O próprio presidente comenta como os ingleses não governavam explicitamente o país¹¹⁰. Posteriormente, ele faz uma analogia e diz como o colonialismo veio “atrás da cortina” e ele conduzia “a comédia, ou mesmo a tragédia, por trás do palco”¹¹¹.

¹⁰⁴ GARDNER. *The Road to Tahrir Square*, p.60

¹⁰⁵ LOVE, Kennett. *Suez: The Twice-Fought War*. Nova York: McGraw Hill, 1969.

¹⁰⁶ Em referência ao general أحمد عرابي (Ahmed 'Urabi), líder do movimento.

¹⁰⁷ KARABELL, Zachary *Parting the desert: the creation of the Suez Canal*. Nova York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2003.

¹⁰⁸ “انتفاضة”. É importante notar a raiz da palavra نفض “que possui significado de “chacoalhar violentamente”. Na surata المنافقون do Corão, a raiz possui o significado de “desbandar”. WEHR, Hans. *A Dictionary of Modern Written Arabic*. Nova York: Spoken Language Services, 1976 .

¹⁰⁹ Em árabe: ثورة

¹¹⁰ “لم يحكم البلد صراحة بضباطه الإنجليز”. O uso do original em árabe aqui é necessário dado o uso da palavra البلد (Al-balad) e sua diferença na língua árabe com “أمم” (*umma*). O primeiro termo é citado diversas vezes no Corão (14:35:7; 16:7:4; 35:9:9; 7:57:15), e tem seu significado ligado à noção de terra e cidade. O segundo termo, não utilizado pelo presidente nesse momento, possui um significado ligado à noção de nação, de comunidade, e também citado no Corão, sempre no plural (6:38:11; 6:42:4; 7:38:4; 11:48:9; 13:30:9).

¹¹¹ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-550-en>. Acesso em 23 de setembro de 2023.

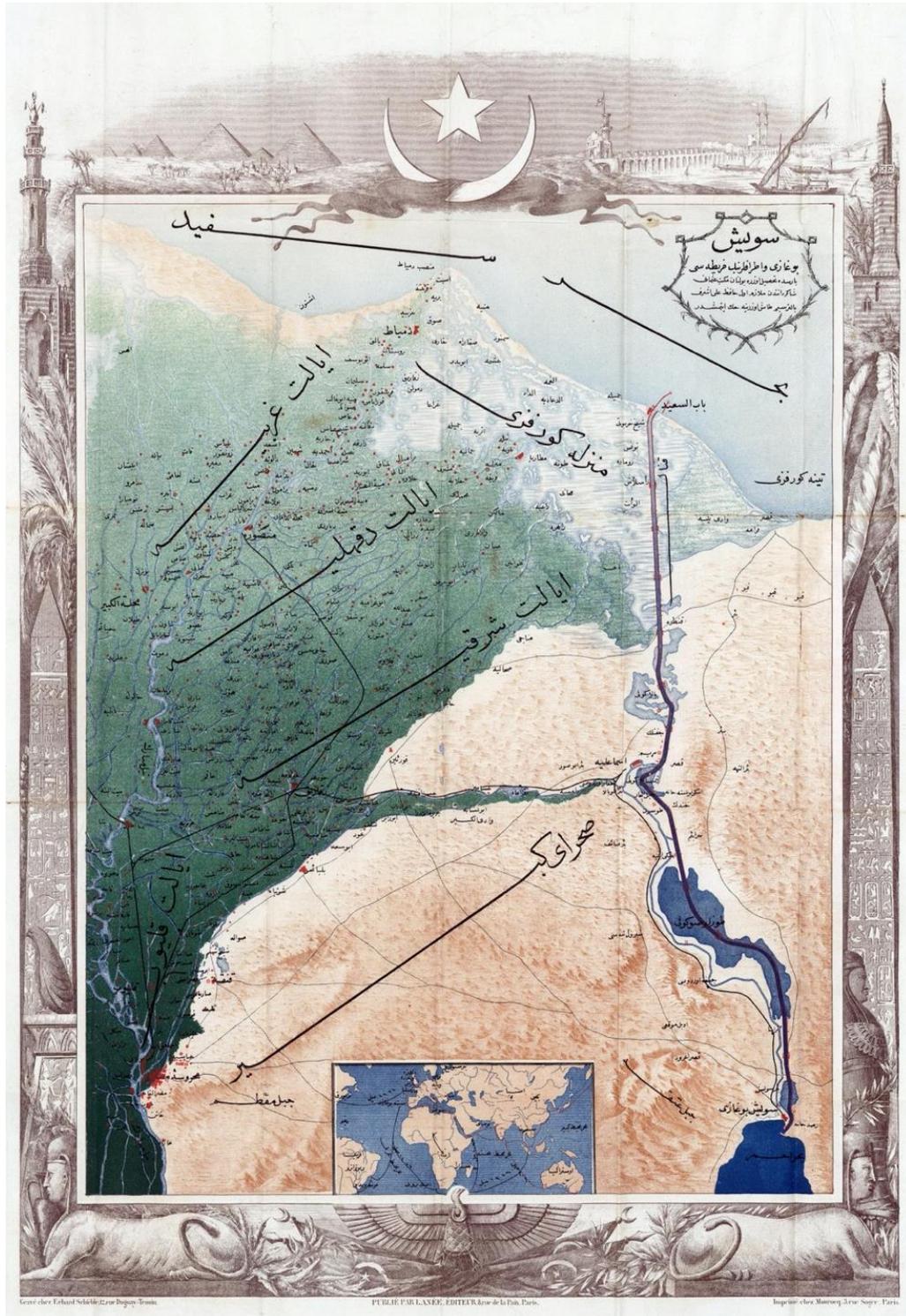


Figura 1 - Mapa do Canal de Suez e seus arredores, 1869. Paris: Lanée, List No. 10599.002, David Rumsey Map Collection, David Rumsey Map Center, Stanford Libraries.

A afronta à soberania territorial e as consequentes violências para proteger os interesses econômicos britânicos eram sentidas pela população egípcia. “Oponha-se a eles com toda força que puder”¹¹², disse o jovem Gamal Abdel Nasser em uma carta a um amigo de colégio, em 1936. A presença britânica era incontestável e visível na distinção entre os soldados e pessoas comuns. No mesmo ano de 1936, ao Cairo seria imposto um tratado que estabelecia a presença de 10 mil soldados e 4 mil pilotos ingleses ao longo do Canal; em troca, os egípcios receberiam apoio em caso de guerra. A posição tomada na década de 1930 apenas reforçava a ação que o Reino Unido havia tomado em 1914, quando a soberania de Suez foi retirada dos Império Turco e transformado em um protetorado¹¹³.

A identidade egípcia é atravessada pela questão da presença estrangeira em seu território que, apesar de possuir certa continuidade em suas fronteiras e autonomia desde o século XVI, ainda foi palco de embates políticos que dificultavam os termos nos quais eram colocados a questão nacional. O Canal de Suez controlado por uma empresa estrangeira pressupunha também a ocupação da região por forças militares também estrangeiras, com um discurso frequentemente relacionado a proteção da passagem, ou, em último caso, as ações da empresa nas mãos de proprietários europeus significavam a capitalização do território egípcio, em favor de interesses econômicos não-egípcios.

A questão da posse da terra foi central no século XX. O partido nacionalista *Watani*, fundado em 1907, estabeleceu que egípcio era aquele que “cultivasse terras egípcias e falasse sua língua”^{114 115}. O pressuposto estabelecido pelo partido se baseia na noção de que a “terra é concreta e fácil de definir e demarcar. É fácil sugerir que as pessoas que compartilham uma terra interagem frequentemente e compartilham valores e recursos.”¹¹⁶. Há uma construção interessante entre a identificação que os turcos faziam da população que habitava o Egito e o papel que ela desempenhava nas relações socioeconômicas dentro das províncias otomanas. Até o momento da desintegração do

¹¹² ABURISH, Said K. **Nasser**. p.32

¹¹³ GARDNER. **The Road to Tahrir Square**: Egypt and the United States from the Rise of Nasser to the Fall of Mubarak. p.59

¹¹⁴ BASSIOUNEY, Reem. **Language And Identity In Modern Egypt**. Edinburgh University Press, 2014, p.85

¹¹⁵ Por um lado, tal afirmação deixa em aberto qual variação do árabe é falada pelos egípcios, se é a variação local que está sendo levada em conta ou o árabe clássico.

¹¹⁶ *Ibidem*.

A posse por estrangeiros foi extremamente criticada por Nasser em seu discurso celebrando a evacuação britânica, em 19 de junho de 1956. Logo ao começar sua fala ele relembra os 2 mil anos de subjugação do povo egípcio, em especial os últimos séculos: “Durante mais de cento e cinquenta anos, a nossa terra natal foi possuída e controlada por uma família, e a sua riqueza foi dispersada por essa família que a tinha”¹²¹. É interessante o movimento retórico ao qual o presidente egípcio recorre aqui, mobilizando a abstração de “*uatan*”¹²² (pátria). para falar da posse de algo material, que estava nas mãos da família (em referência à dinastia de Muhammad Ali). Ele acaba seu discurso convocando os parlamentares para “governar pela vontade de Allah a vossa pátria” e governar e participar “com os povos da terra na busca pela paz”. Nesse segundo momento através de uma *Idafa*¹²³ (uma construção nominal que indica a posse do segundo elemento da frase pelo primeiro) que liga “povos” (شعوب) à “da terra” (الأرض), nota-se a fusão da terra, enquanto conceito material, ao povo que agora a possui, e não mais a família dos monarcas¹²⁴.

Em 1953, o escritor egípcio *Abdel ‘Abd al-Ra’man al-Sharqawe* (عبد الرحمن الشرقاوي) escreve o livro “A terra” (الأرض), romance que trata das contradições dos grandes proprietários de terra e os camponeses, assim como a ocupação estrangeira e a corrupção que dominava a relação entre os proprietários de terras e figuras do governo. A presença dessa temática no âmbito cultural é importante para compreender as imagens que permeavam a imaginação política da população, da mesma forma como ela coloca em destaque as questões urgentes: em um país extremamente dependente do rendimento de fontes agrárias, pouco industrializado, há um abismo social entre quem possui o meio de produção, uma classe “feudal” de latifundiários, e quem trabalha, a maioria da população egípcia.

Outros povos da região do Norte da África e do Oriente Médio experienciaram situações parecidas. Em 1914, um terço das terras da Tunísia estavam nas mãos de europeus¹²⁵. No protetorado palestino, o fundo sionista foi capaz de colonizar as terras

¹²¹ “ومنذ أكثر من مائة وخمسين سنة ووطننا لأسرة واحدة تملكه وتحكمه، تبعثر ثروته لأسرة واحدة تملكه”

¹²² وطن

¹²³ إضافة

¹²⁴ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-469-en>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

¹²⁵ HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

na região, utilizando de meios financeiros para a compra das terras e impedindo que não-judeus trabalhassem em suas terras. Sionistas passam a controlar 30% das terras em 1949, quase triplicando suas posses de 1922, ano de estabelecimento do controle britânico¹²⁶. A capitalização da terra por estrangeiros e a firmação de bancos europeus nas regiões colonizadas impediam a acumulação de capital em território nacional, barrando investimentos internos – em especial, na indústria – contribuindo para a estagnação econômica do país e firmando sua subserviência enquanto fornecedor de matérias-primas para a metrópole¹²⁷. O ímpeto nacionalista de diversas populações dar-se-ia a partir de suas lutas anticoloniais, intrinsecamente ligadas à questão da terra, seus proprietários e seus rendimentos. A solidariedade entre povos árabes poderia ser dada a partir da identificação de reivindicações comuns, sejam elas em torno da terra ou de sua autodeterminação.

Em uma declaração de 1833, Alphonse de Lamartine relata a realidade dos camponeses que viviam na região Palestina. O que ele conclui é que aquela terra em que eles habitavam não era um país, e os seus residentes não eram “cidadãos legítimos”¹²⁸, e, de forma geral, sinalizava que a região era um ótimo negócio para uma colonização francesa. Há claramente um projeto que tenta deslegitimar a forma de organização política dos palestinos, que está profundamente ligado com as noções de progresso e civilização do século XIX. O projeto sionista que se desenrolou através do século XX foi capaz de “interpretar a Palestina e sua realidade nos termos que o Ocidente podia compreender e aceitar facilmente de modo específico e genérico”¹²⁹. A imagem do “oriental” enquanto bárbaro e irracional é retomada pelos sionistas, que ao mesmo tempo em que eles a reivindicam enquanto lugar de legitimidade para falarem pelos “orientais árabes”, eles se colocam como superiores, como baluartes da civilização. A mesma retórica usada por Hegel em *A Filosofia da História*, caracteriza um Oriente despótico, atrasados na linha do progresso da humanidade e os árabes palestinos não eram capazes de entender a “iniciativa gloriosa que era o sionismo”, pois estavam

¹²⁶ *Ibidem*

¹²⁷ *Ibidem*

¹²⁸ SAID, Edward. **A questão Palestina**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. P. 48

¹²⁹ *Ibidem*, p.60

“irremediavelmente desconectados” dos valores civilizacionais aos quais o ocidente havia chegado com seu “progresso racional”¹³⁰.

Em três momentos distintos, Nasser remete às ambições sionistas como uma ameaça não unicamente para a autodeterminação palestina, mas para todo o mundo árabe. A ideia da “Grande Israel” é levantada em três momentos: em março de 1956, dirigindo-se a uma delegação de imprensa estadunidense: “Eles costumavam dizer antes do negócio de armas: Israel deve se estender do Eufrates ao Nilo. Essas são as ambições do sionismo nesta região”¹³¹; em janeiro de 1958, em uma coletiva de imprensa com jornalistas estadunidenses: “Alguns de seus líderes declararam na época que estavam tentando, e até trabalhando duro, para alcançar seu objetivo de obter as terras que se estendiam do Nilo ao Eufrates”¹³²; em setembro de 1958, em uma conferência no Conselho de Comando Árabe Unido: “O nacionalismo sionista que ocupou a terra dos árabes na Palestina declarou que sua pátria sagrada se estende do Nilo ao Eufrates”¹³³.

Em um período anterior, o termo “Grande Israel” determinava a investida sionista que visava transformar a totalidade dos territórios pertencentes ao protetorado britânico em um Estado judeu¹³⁴. As referências de Gamal Nasser remetem às reverberações da fala de Rabbi Fishman, um dos escritores e signatários da declaração de “independência” de Israel¹³⁵, em uma conferência do comitê especial da Palestina das Nações Unidas, em 1948. Na ocasião, foram chamados os representantes da “Agência Judaica” para responder perguntas de delegados de diversos países¹³⁶. Fishman foi indagado sobre quais as reivindicações religiosas judaicas sobre o território, em especial qual era a extensão da “Terra Prometida”, que legitimavam a posse daquela área. A resposta dada

¹³⁰ *Ibidem*, p.63

¹³¹ “لقد كانوا يقولون قبل صفقة الأسلحة: إن إسرائيل يجب أن تمتد من الفرات إلى النيل. هذه هي أطماع الصهيونية في هذه المنطقة” Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-450-en>. Acesso em 23 de outubro de 2023

¹³² إذ صرح بعض قادتهم وقتذاك بأنهم يحاولون، بل ويعملون جاهدين على تحقيق هدفهم في الحصول على الأرض الممتدة من النيل إلى الفرات. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-576-en>. Acesso em: 23 de outubro de 2023

¹³³ ،وأعلنت القومية الصهيونية التي احتلت أرض العرب في فلسطين أن وطنها المقدس يمتد من النيل إلى الفرات. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-450-en>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

¹³⁴ Para ver mais: ILAN, Pappé, **The Making of the Arab–Israeli Conflict, 1947–1951**. London: I.B.Tauris, 1994

¹³⁵ Para ver mais: ORZECK, Reecia. “The Jewish Agency’s Case Before the UNSCOP: Image and Discourse”. *Jerusalem Quarterly* Issue 63/64 – Winter/Autumn, 2015

¹³⁶ Mr. Hood, Austrália; Mr. Rand, Canadá; Mr. Lisicky, Tchecoslováquia; Mr. Garcia Grandos, Guatemala; Sir Abdur Rahman, Índia; Mr. Entezam, Irã; Mr. Blom, Holanda; Mr. Garcia Salazar, Peru; Mr. Fabregat, Uruguai; Mr. Simic, Iugoslávia.

foi que ela se estendia do “Rio do Egito”, em referência ao Nilo, até o Eufrates¹³⁷. Ele confirma que tais reivindicações foram afirmadas por Deus e confirmadas por Moisés, reclamando partes da Síria, do Líbano, da Palestina e da Transjordânia.

Sobre a criação do Estado de Israel, Nasser se dirige a uma delegação de imprensa estadunidense afirmando:

O Egito e os árabes não querem nada exceto viver livres, longe de qualquer influência estrangeira. Veja como as fronteiras dos países árabes foram traçadas nos mapas estrangeiros, e então essas fronteiras foram estabelecidas entre os árabes! [...] Assim, pela primeira vez na história da humanidade, um povo foi privado de seus direitos humanos desta forma. Nunca nos tempos antigos - quando houve guerras genocidas - os direitos humanos foram deteriorados tanto quanto os direitos do povo da Palestina. Eles queriam acabar com a nação depois de expulsar um povo de sua terra, desalojando-o de seus lares e de seu país, e usurpando sua propriedade!¹³⁸

Tais afirmações reiteram a posição de cobrança do líder egípcio em relação às promessas estadunidenses da solução da questão árabe-israelense. Observa-se a associação entre uma preocupação comum entre os povos árabes: a constante ameaça de intervenção estrangeira. Além disso, as “fronteiras” fazem referência ao desmembramento, fruto dos acordos realizados no fim da Primeira Guerra, que deram origem a ocupação britânica e francesa na região do Oriente Médio e a usurpação dos direitos dos palestinos. Os termos propriedade (ممتلكات), terra (أرض) e país (بلاد¹³⁹) aparecem novamente, dando forma material à noção de nação (أمة).

A nação, em árabe, compartilha a sua raiz com a palavra mãe (أم), tendo também o sentido de povo ou comunidade e sendo usada para identificar a coletividade de seguidores muçulmanos¹⁴⁰. Há tanto o sentido de “religião” no Corão (21:92:4): “E esta é

¹³⁷ Ata do comitê disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-188906/>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

¹³⁸ إن مصر والعرب لا تريد إلا أن تعيش حرة بعيدة عن أي نفوذ أجنبي. انظروا كيف كانت ترسم حدود البلاد العربية على الخرائط من خارج المنطقة، وبعد ذلك تقام هذه الحدود بين العرب

[...]

وهكذا، لأول مرة في تاريخ البشر يحرم شعب من حقوقه الإنسانية بهذه الطريقة، فلم يحدث في العصور القديمة - حيث كانت الحروب الإبادة - أن أهدرت حقوق الإنسان بمثل ما أهدرت به حقوق شعب فلسطين. لقد أرادوا إلغاء أمة بعد أن طردوا شعباً من أرضه، وتشريده من دياره وبلاده، واغتصاب ممتلكاته. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-450-en>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

¹³⁹ Os três termos estão sendo apresentado sem a partícula que indica a posse (ة)

¹⁴⁰ WEHR, Hans. **A Dictionary of Modern Written Arabic**. P.25

a vossa religião, uma religião, e eu sou o seu Senhor, então tema-me”¹⁴¹, como também de nação, de comunidade de pessoas: “E você verá todas as nações ajoelhadas” (45:28:3)¹⁴². O conceito carrega em si questões ligadas às primeiras coletividades islâmicas. Na época e na região do profeta Maomé, o pertencimento político se dava em sua maioria pelo parentesco de sangue, com a “reversão”¹⁴³ dos indivíduos à religião de *Allah* essa forma política foi abalada. A *umma* islâmica previa um novo tipo de comunidade, baseada no quesito religioso¹⁴⁴. Na Constituição de Medina é colocado que “Os muçulmanos são uma única comunidade (*umma*)”¹⁴⁵. A identidade religiosa passa a ter uma pretensão universalista, a qual o quesito para se tornar parte da comunidade é unicamente a fé, desprezando as diferenças criadas por outras formas de pertencimento em torno de uma identidade comum¹⁴⁶.

O conceito dessa comunidade não pode ser pensado a partir de uma realidade ontológica firmada pelo novo senso de pertencimento. As interpretações em outras épocas foram sendo modeladas a partir da urgência das questões do tempo presente. Mais de treze séculos depois, a palavra nação havia sido utilizada em outros contextos, que incorporavam sentidos e se adaptavam às novas realidades políticas¹⁴⁷. Ao paralelo desse conceito, não somente o islamismo, mas “as religiões mundiais que foram inventadas entre o século VI a.C. e o século VII d.C. são universais por definição, e portanto, pensadas para escamotear as diferenças étnicas, linguísticas, políticas e outras”¹⁴⁸. As ideologias nacionais, apesar de não possuírem pretensões universalistas, atuaram como ferramentas que submeteram (ou aniquilaram) outras formas de pertencimento entre as populações, tal qual a homogeneização e o apagamento de minorias linguísticas, como foi analisado no primeiro capítulo.

Como apontado por Hobsbawm, o elemento religioso em si não foi capaz de ser o principal modelador das ideologias nacionais. Há uma certa “tendência moderna” que

¹⁴¹ وَإِنَّ هَذِهِ أُمَّتُكُمْ أُمَّةً وَاحِدَةً وَأَنَا رَبُّكُمْ فَاتَّقُونِ

¹⁴² وَتَرَى كُلَّ أُمَّةٍ جَائِيَةً

¹⁴³ Reversão é o termo comumente usado por muçulmanos para indicar a “conversão” ao Islã.

¹⁴⁴ SANTOS, Delano de Jesus Silva. “Ummah e narrativas: história e identidade da religião islâmica”. PLURA, Revista de Estudos de Religião, vol.2, nº 1, 2011, p. 167-196

¹⁴⁵ WATT, Montgomery. **Muhammad at Medina**. Oxford: Oxford University Press, 1956, pp.221-222

¹⁴⁶ SANTOS, Delano de Jesus Silva. “Ummah e narrativas: história e identidade da religião islâmica”, p. 177

¹⁴⁷ *Ibidem*

¹⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo depois de 1790**. P.83

acomoda e integra os dois fenômenos, tornando-se um fator mais complicado quando se trata de Estados que acomodavam populações religiosamente diferentes, como o caso do Império Otomano.

De fato, poderosa como é a identificação religiosa dos muçulmanos com o Islão, há muito poucos movimentos protonacionais ou nacionais, se é que há algum, caracterizados pelo distintivo islâmico (com exceção do Irã) na vasta área onde o islamismo faz fronteira com outras religiões. [...] Em resumo, as relações entre religião e identificação protonacional ou nacional continuam complexas e extremamente opacas¹⁴⁹.

A análise levada a cabo neste trabalho pretende desenvolver a utilização retórica da *umma* enquanto vocábulo que reclama um passado comum, sob o Império Islâmico, ao mesmo tempo que forja uma identidade árabe, diferentemente percebida daquela que existia quando o termo *umma* começou a ser utilizado entre os muçulmanos. No começo do século XX, Rashid Rida, sírio residente no Egito, defendia uma hierarquização dos muçulmanos completamente oposta às intenções universalistas da *umma*, classificando os demais muçulmanos como “pupilos dos árabes”. Os seguidores do Islã que eram turcos, por exemplo, não compunham a *umma*, dada a ausência do fator árabe¹⁵⁰.

A disputa não se dava apenas em torno da *umma*, mas também em relação às origens do nacionalismo árabe e os seus demarcadores que traçavam a comunidade. Como já explanado, o movimento surgiu a partir da circulação de ideias entre intelectuais no final do século XIX e ganhou força enquanto posicionamento de oposição para com as intervenções estrangeiras. O movimento disperso das forças políticas e da flexibilização da identidade árabe foi afetado, em princípio, pela ausência de um Estado que fosse incipiente de um projeto político de nação. O resultado foi a criação de “nacionalismos” que ganhavam forma a cada contexto histórico, moldando-se às necessidades sociopolíticas¹⁵¹.

Assim como Hobsbawm afirma a necessidade de investigar a relação dialógica entre o nacionalismo europeu, sua teoria, seus teóricos e a elite, com as massas, cabe também averiguar como essa associação se desenrolou no movimento árabe. O período em que houve maior união das classes dominantes (urbanas e fundamentadas no comércio) foi também o período de maior coesão cultural árabe e linguística. Para Amin,

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.86

¹⁵⁰ HAIM, Sylvia (ed.). **Arab Nationalism: An Anthology**. Los Angeles: University of California Press, 1962.

¹⁵¹ CHALALA, Elie. **Arab Nationalism: a Bibliographic Essay** In: FARAH, Tawfic E. **Pan-Arabism and Arab Nationalism – The Continuing Debate**. Londres: Routledge, 1987.

a integridade do projeto nacional depende das elites e como elas comandam as forças políticas que unificam ou desintegram aquela comunidade¹⁵². Enquanto o nacionalismo egípcio, logo, se tornou um fenômeno homogêneo capaz de formar uma coesão política dentro do Estado, o nacionalismo árabe ficou restrito a uma intelectualidade, composta de indivíduos com uma “educação ocidental”, e a uma parte da pequena burguesia. O caso da Síria no começo do século XX, por exemplo, mostra a ausência de uma adesão mais ampla das elites ao nacionalismo com essa influência ocidental, secularizada. O caminho escolhido foi fazer um acordo com os antigos poderes feudais da região, ligados à dinastia Hashemita^{153 154}.

O quesito religioso em torno do Islã também foi negociado. Desde o começo do século, houve uma disputa entre um nacionalismo árabe “secularizado” e um movimento estritamente ligado com o Islã. A origem da identidade árabe não pode ser separada da relação intrínseca com as revelações dadas ao profeta Maomé, as consequências sócio-históricas dirigidas pelo Império Islâmico em torno da expansão da cultura e língua árabe, antes restrita e dispersa no território da Península Arábica, são essenciais para compreender a base material, mesmo que romantizada, do “ser árabe”. A equação pode até ser invertida, Michel Alfaq, fundador do partido *Baa'th*¹⁵⁵ e cristão, entende o fator do surgimento do Islã como uma necessidade histórica dos povos árabes em formar uma coletividade. A religião não seria o fator de encontro entre aqueles povos, mas uma criação deles para consolidar sua união política¹⁵⁶.

Esse segundo período, que decorre do fim das hostilidades da Primeira Guerra, tem a marca da predominância desse “secularismo”. Tal fato pode ser pensado através da necessidade que o nacionalismo árabe tinha de chamar atenção da Europa para a criação de um Estado árabe. Os discursos do rei Faisal, da Síria, mostram uma virada de chave que permite pensar a “arabidade” em termos menos religiosos, mais próximos daquele discurso europeu. Em 1919, ele profere um discurso em Aleppo, negando

¹⁵² AMIN, Samir. **The Arab Nation**. Londres: Zed Press, 1978, p. 81

¹⁵³ Em árabe “هاشمي”. Dinastia dos descendentes do profeta Maomé que governaram o Iraque, Jordânia e Síria (por um curto período). Destacam-se também pelo acordo com os britânicos no contexto da Revolta Árabe. HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

¹⁵⁴ TIBI, Bassam. **Arab Nationalism: A Critical Inquiry**. Londres: The Macmillan Press, 1981.

¹⁵⁵ Fundado em 1947, o partido tinha como bases a necessidade de união política dos povos árabes, guiado por um “socialismo árabe”

¹⁵⁶ HAIM, Sylvia (ed.). **Arab Nationalism: An Anthology**, p.62

qualquer fator que separe os árabes, além de afirmar que “Nós já éramos árabes antes mesmo do tempo de Moisés, Maomé, Jesus e Abraão”¹⁵⁷. A ação sionista na Palestina também influenciou essa tendência. Dada a existência de cristãos e de outras minorias na região, a comunidade imaginada não poderia ser concebida em termos religiosos: a oposição ao movimento sionista deveria ser pensada em “termos nacionais”¹⁵⁸

Haim, o nacionalista sírio que foi ministro da educação do governo de Faisal e principal fonte do nacionalismo árabe das “classes letradas” do Oriente Médio, deu continuidade ao pensamento do escritor Al-Husri. Suas ideias ajudaram a colocar o norte da África no mapa árabe, em especial considerar o Egito. Há uma objetividade ainda mais incisiva do que na definição de Renan¹⁵⁹: Haim afirma que a nação é “algo que realmente existe, um homem é árabe querendo ou não”¹⁶⁰. Ele também advoga pela importância da história e da língua como fatores que podem promover o nacionalismo, relegando a primeira a um papel secundário. Quase como uma narrativa ficcional literária, a história deveria ser usada como instrumento da nação, e esquecendo episódios que atrapalham sua construção, lembrando daqueles que o auxiliam¹⁶¹. Os teóricos europeus do século XIX, como Humboldt, postulavam a história como história política, em diálogo com a legitimação do Estado-nação, enquanto *Al-Husri* tem a percepção da história como mero instrumento do devir nacional.

O panorama histórico do nacionalismo árabe também contribui para compreender um certo “colaboracionismo”, posteriormente, com as forças do Eixo. Há por parte dos intelectuais nacionalistas uma mudança do seu referencial europeu, deixando de lado França e Inglaterra e importando ideias alemãs. Atraído pela noção de “Povo”, consolidada pelo romantismo alemão e recapitulada pela política nazista, essa geração de nacionalismo, pós Primeira Guerra, importaria o termo para dentro da “Nação Árabe”. O nacionalista *Aflaq*, além de se impressionar com o êxito nazista em conciliar o nacionalismo e o socialismo, afirmou a “missão imortal” que a nação árabe carrega¹⁶².

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.35

¹⁵⁸ HOURANI, Albert. **Arabic Thought In The Liberal Age: 1798-1939**. Londres: Oxford University Press, 1970. pp.295-296

¹⁵⁹ Ernest Renan, historiador francês do século XIX afirma que: “A nação é um plebiscito diário” (HOBBSBAWM, Eric. Nações e Nacionalismos desde 1780, p. 16

¹⁶⁰ HOURANI, Albert. **Arabic Thought In The Liberal Age: 1798-1939**, pp.312-313

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² TIBI, Bassam. **Arab Nationalism: A Critical Inquiry**, p. xi

Percebe-se a colocação, tanto para *Aflaq* quanto no discurso de Faisal, de uma identidade coletiva que transcende o tempo: os árabes sempre foram os árabes, sempre se entenderam como povo, antes mesmo da vinda de qualquer profeta.

A Segunda Guerra Mundial levou a outro patamar os aparatos de destruição bélica, ampliando não somente a dimensão de vítimas e afetados pelo conflito, mas também sua dimensão geográfica. As colônias norte-africanas seriam palcos de batalhas pelo controle do Mediterrâneo entre as forças aliadas e as forças do Eixo, se tornando uma posição estratégica para ambos os beligerantes. No começo do ano de 1942, os veículos blindados alemães rodavam em território líbio e ameaçavam invadir as fronteiras egípcias, já havendo uma desconfiança por parte dos aliados para com o primeiro-ministro egípcio, *Ali Maher*, e com rei *Farouk* de estarem cultivando um sentimento pró-eixo. Manifestações estudantis marcavam o entusiasmo com a aproximação das tropas nazistas¹⁶³. Boa parte da população árabe possuía esperança de liberdade a partir da invasão alemã e a posição estratégica do Egito não poderia ser negligenciada pela Grã-Bretanha. Com o teatro de todo o Oriente Médio em jogo, e conseqüentemente de toda a área banhada pelo Mediterrâneo, os britânicos decidiram agir e solidificar sua posição¹⁶⁴.

Em fevereiro de 1942, “o embaixador britânico no egito, Lord Lampson, marchou para dentro do palácio *Al-Abdin* e ordenou o rei Farouk a destituir Maher e nomear Mustapha Nahas, um primeiro-ministro pró-britânico”¹⁶⁵. A clara intervenção nos assuntos internos foi um golpe na autonomia nacional egípcia. O novo primeiro-ministro que havia sido um político histórico anti-intervencionista, assinando o tratado que limitou a presença britânica no Canal de Suez em 1936, havia retornado ao poder com um golpe de baionetas inglesas. *Nahas* e o seu partido *Wafd* nunca conseguiriam recuperar a influência que possuíam no começo do século, perdendo sua popularidade para a

¹⁶³ GARDNER. **The Road to Tahrir Square**: Egypt and the United States from the Rise of Nasser to the Fall of Mubarak. Nova York, 2011. p.59.

¹⁶⁴ ABURISH, Said K. **Nasser**: The Last Arab. Nova York: St. Martin Press, 2004.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p.40.

Irmandade Muçulmana¹⁶⁶ e para o Jovem Egito¹⁶⁷, de Ahmed Hussein, ambas alternativas radicais à subserviência do rei egípcio aos comandos políticos dos britânicos.

Foi devastadora a falta de resistência egípcia na troca de comando que aconteceu com ameaças de deposição do monarca egípcio e com tropas escoltando o embaixador britânico, cercando o palácio e ameaçando uma invasão. O alto oficialato militar sentiu a resignação do rei como um ato de corrupção e desonra ao orgulho nacional¹⁶⁸. O general *Mohammad Naguib*, futuro primeiro presidente do Egito, pediu sua dispensa ao monarca; o coronel *Anwar Sadat*, militar notável pela sua posição pró-Eixo, tentou uma fuga do Egito para se juntar ao general nazista que empreendia a campanha na Líbia.

A guerra na Palestina (1948) assinala o fim de uma corrente de pensamento liberal desse segundo período, que havia começado com as promessas do pós-Primeira Guerra e as tentativas de negociar apoio com os europeus. A urgência da derrota no presente e a incapacidade da sobrevivência nacional provaram que a “euforia da herança árabe” não foi capaz de mobilizar uma resposta a altura dos acontecimentos em 1948. A instalação do Estado de Israel simbolizava mais que uma falha no projeto da nação árabe e seu contato com as massas, simbolizava uma ameaça à própria existência daquelas sociedades¹⁶⁹. A necessidade de uma unidade árabe contrastava com as já desenhadas alianças da União do Crescente Fértil¹⁷⁰ e da Liga Árabe¹⁷¹, e as consequentes disputas políticas por quem lideraria o mundo árabe¹⁷².

O projeto que chama atenção por unir a tendência “secularista” com a necessidade de posicionamento geopolítico pós-Nakba é aquele empreendido pelos Oficiais Livres no Egito e a Revolução em 1952. As duas figuras proeminentes desse grupo de militares, Gamal Abdel Nasser e Mohammad Naguib, que lideraram o processo revolucionário,

¹⁶⁶ Movimento político e social baseado na doutrina do Islã, fundado no Egito, em 1928. Possuíam uma forte ideia de luta em favor da união dos muçulmanos sob um Estado centrado nos princípios do Islã.

¹⁶⁷ Partido nacionalista egípcio fundado em 1933. Conduziram os protestos importantes, em meados da década de 30, contra a presença britânica e fragilidade da Constituição Egípcia. O presidente egípcio que sucedeu Nasser, Anwar Sadat, foi membro do movimento.

¹⁶⁸ MANSFIELD, Petter. **Nasser e a Revolução Egípcia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

¹⁶⁹ ISMAEL, Tareq. **The Arab Left**. Siracusa: Syracuse University Press, 1976), pp. 12-13. *apud* CHALALA, Elie. Arab Nationalism: a Bibliographic Essay *In*: FARAH, Tawfic E. **Pan-Arabism and Arab Nationalism – The Continuing Debate**. Londres: Routledge, 1987.

¹⁷⁰ Formado por Iraque, Transjordânia, Síria, Líbano e Palestina

¹⁷¹ Formada pela Arábia Saudita, Iêmen, Egito, Transjordânia, Iraque, Síria e Líbano. Liderada pelo Egito, com o intuito de romper o isolamento do país à leste.

¹⁷² BASSIOUNEY, Reem. **Language And Identity In Modern Egypt**.

participaram do conflito na Palestina e testemunharam a intervenção estrangeira, assim como a intervenção britânica em 1942. O desafio histórico que se colocava ali não era mais a troca de um ministro de Estado, e sim a criação de um Estado colonial no coração do Oriente Médio. Para os Oficiais, esses dois eventos mostravam os sintomas de um governo monárquico marcado pelo colaboracionismo com as forças imperiais europeias, pouco engajado com as questões nacionais e isolado dos seus vizinhos. É esse o pano de fundo para a Revolução que vai derrubar o reinado de Faruk I e instalar uma junta militar que, entre outros fatores, estava marcada pela experiência da solidariedade árabe.

Em um discurso proferido depois da eleição que consagraria Nasser como presidente do Egito, em junho de 1956, Gamal logo no começo faz uma ligação entre os dois conflitos e o dever da nação árabe:

Quando imaginei que meu dever exigia que eu fosse um oficial de combate, tentei com todas as minhas energias ser um oficial de combate, e quando imaginei depois da guerra da Palestina que haveria outra batalha que eu teria que lutar, tentei de todo coração lutar até o amanhecer da manhã de 23 de julho de 1952. Depois de 23 de julho, inspirado na história do país e pelas circunstâncias do seu presente e pelas esperanças para o seu futuro, sempre me comprometi com o que senti na minha consciência como meu dever¹⁷³¹⁷⁴.

O vocábulo usado para “país” (*watan*) aparece pela primeira vez em um sentido de “pátria” no pensamento de *Al-Tahtawi*, pensador egípcio do nacionalismo árabe no final do século XIX, que considerava o “amor ao país uma das primeiras virtudes da civilização”¹⁷⁵. Além disso, esse excerto do discurso de Nasser é demasiadamente alinhado com as noções de *Al-Husri*. A luta do povo árabe passa por diferentes localidades e momentos, mas possui unidade e continuidade histórica¹⁷⁶.

Ambos ainda confirmam a importância do fator linguístico. O presidente egípcio, na ocasião do discurso na Assembleia Nacional, anuncia a união com a Síria e reforça a questão da língua árabe. Para ele, *a umma*, a nação árabe, foi unida um dia pela língua, foi unida na resistência às invasões estrangeiras, estendendo-se do período das

173 لما تصورت أن واجبي يقتضيني ضابطاً مقاتلاً، حاولت بكل طاقتي أن أكون ضابطاً مقاتلاً، ولما تصورت بعد حرب فلسطين أن هناك معركة أخرى 174 يوليو حاولت مستلهماً تاريخ الوطن ٢٣، وبعد ١٩٥٢ يوليو سنة ٢٣ يتعين على أن أحارب فيها، حاولت بكل جوارحي أن أحارب حتى طلع الفجر صباح وظروف حاضره وأمانى مستقبه أن التزم دائماً ما أحسست بضميرى أنه واجبي.

174 Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-476-en>. Acesso em 28 de outubro de 2023.

175 TIBI, Bassam. **Arab Nationalism: A Critical Inquiry**, p. 61

176 CHALALA, Elie. Arab Nationalism: a Bibliographic Essay In: FARAH, Tawfic E. **Pan-Arabism and Arab Nationalism – The Continuing Debate**. Londres: Routledge, 1987, p. 40

cruzadas até o imperialismo contemporâneo¹⁷⁷. Nota-se a tentativa de se estabelecer um *continuum* histórico romantizado como forma de legitimação da união política que foi estabelecida naquele momento, integrando toda a população que falava árabe naquela região, pretendendo-se expandir além da Síria.

O nacionalismo se mostra também em outros termos. A articulação regional e a determinação das ligações entre as populações árabes são fixadas a partir do pragmatismo político e da urgência geopolítica de proteção da sua soberania:

nacionalismo árabe é um apelo emocional, um vínculo histórico e um interesse comum e, afinal, é uma necessidade estratégica imposta pelos requisitos da defesa militar pura, e a lição que aprendemos com a experiência da agressão contra o Egito confirmou essa necessidade e forneceu suporte prático para ela¹⁷⁸.

O nacionalismo árabe encontrava-se em um momento decisivo, tendo que se provar não somente como movimento intelectual, mas também capaz de responder às demandas radicais do seu tempo.

ولقد كان أسلوب السعي إلى الوحدة يتشكل بالعصر الذي تعيش فيه كل محاولة لتحقيقها، ولكن الهدف ظل دائماً لا يتغير، وبقيت الغاية في كل وقت 177 هي هذه اللحظات التي نعيشها الآن. لقد اتحدت المنطقة بحكم السلاح يوم كان السلاح هو وسيلة التعبير في الطفولة الأولى للبشرية، واتحدت المنطقة ببيقين النبوات حين بدأت رسالات السماء تنزل إلى الأرض لتهدى الناس، واتحدت المنطقة بسلطان العقيدة حين اندفعت رايات الإسلام تحمل رسالة السماء الجديدة، وتؤكد ما سبقها من رسالات، وتقول كلمة الله الأخيرة في دعوة عباده إلى الحق. واتحدت المنطقة بتفاعل عناصر مختلفة في أمة عربية واحدة؛ واتحدت المنطقة باللغة يوم جرت العربية وحدها على كل لسان، واتحدت المنطقة تحت دافع السلامة المشتركة يوم واجهت استعمار أوروبا يتقدم منها محاولاً أن يرفع الصليب ليستمر مطامعه وراء قناع من المسيحية، وكان معنى الوحدة قاطعاً في دلالاته حين اشتركت المسيحية في الشرق العربي في مقاومة الصليبيين جنباً إلى جنب مع جحافل الإسلام

Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-578-en>. Acesso em 28 de outubro de 2023.

إن القومية العربية نداء عاطفي، ورابطة تاريخية، ومصالحة مشتركة، ثم هي بعد ذلك كله ضرورة استراتيجية تفرضها مقتضيات الدفاع العسكري 178

Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-550-en>. Acesso em 28 de outubro de 2023.

3. A ressonância do nacionalismo árabe

Foi fácil então, e eu ainda acho fácil agora, derramar sangue de dez, vinte ou trinta pessoas a fim de espalhar o medo e pânico no coração daqueles que hesitam, e ainda os forçar a engolir suas paixões, seus ódios e seus caprichos. Mas qual seria o resultado de atingir tal ação? Eu costumava pensar que o único caminho de encarar um problema era traçá-lo a partir de sua origem e tentar seguir a fonte de onde veio. Não era somente impor um “reino de sangue” sobre nós, independente das circunstâncias históricas que nossa nação passou e que deixaram suas marcas sobre nós e nos fizeram ser quem somos hoje.

- NASSER, Gamal Abdel. **A filosofia da Revolução**, p. 38

Neste último capítulo pretendo abordar mais enfaticamente o período entre 1956 e 1958, em especial como os eventos ocorridos nesse recorte moldaram o discurso de Nasser. Ao contrário do segundo capítulo, o qual dediquei às tendências do nacionalismo árabe e as diversas formas que ele assumiu, o intuito aqui é discutir como os rearranjos das ações políticas dialogam com os discursos do presidente. A tentativa de separar e, até mesmo, isolar fatores externos e internos, contudo, não se demonstra muito fortuita, podendo-se pensar apenas a partir de fatores discursivos, os quais tratarei a seguir. Considerando toda a noção de solidariedade entre o mundo árabe que Nasser promove e a própria inserção desse sujeito histórico em um panorama social maior, que ultrapassa as fronteiras artificiais dos Estados, faz-se com que os “assuntos internos” sejam influenciados pelos cenários estrangeiros, como a nacionalização do Canal de Suez frente a retirada da proposta de empréstimo para a construção da Barragem Alta, e os “assuntos externos” sejam influenciados por conjunturas internas, como a consolidação da união com a Síria. Portanto, este capítulo tentará demonstrar a construção de uma política “nasserista” que, apesar de dialogar com um nacionalismo árabe maior, possui especificidades ligadas aos acontecimentos que dizem respeito ao Egito, entre o ano de 1956 e 1958¹⁷⁹.

O recorte desses 3 anos foi realizado levando em conta alguns fatores. O primeiro deles, que marca o ano de 1956, é a consolidação do poder de Nasser no Egito e como líder político do mundo árabe. O fim da redação e aprovação da Constituição, e a conseguinte posse de Gamal, colocam fim em definitivo a era marcada pela Junta militar

¹⁷⁹ HOPWOOD, Derek. **Egypt, politics and society, 1945-1990**. Londres: Routledge, 1993.

dos Oficiais Livres e assiste ao surgimento da figura do novo presidente como o expoente da Revolução egípcia. A vitória sobre a agressão tripartite coloca o Egito como um exemplo de resistência às forças imperialistas e a vitória discursiva de um projeto que advogava em favor da libertação não somente dos egípcios, mas de todos os povos árabes da região. O segundo momento, 1958, é o momento de expressão máxima da materialização do sonho panarábico. Em 1º de fevereiro, o presidente egípcio anuncia do palácio presidencial a união entre Síria e Egito, formando a República Árabe Unida, dobrando as divisões territoriais feitas pelos europeus e formando uma unidade política baseada na comunhão árabe¹⁸⁰. Cinco meses depois, o golpe no Iraque colocaria fim à monarquia dos Hashemitas, realocando o país ao lado do Cairo, e posteriormente abandonando a posição pró-Occidente, marcada essencialmente pela presença no Pacto de Bagdá¹⁸¹.

Retomando a questão linguística que, por enquanto, se mostra como um sinalizador da diferença discursiva, o objeto desta monografia são falas de um líder político, em primeira instância, que são permeadas por marcas da oralidade que não são meras adjacências do discurso, mas o compõem e auxiliam a formar o seu sentido. Apoio essa afirmação também pontuando que essas marcas da oralidade constituem, ainda, uma parte consciente da enunciação. As escolhas feitas através do tom, do instrumento de comunicação (rádio, tv etc.), de momentos de pausas e do uso de dialetos (locais ou regionais) são essenciais ao se pensar para quem esse discurso está sendo dirigido, e por quem esse líder político reclama falar – essencialmente uma performance. A fala não remete somente a uma representação do que aconteceu, mas ela é construída de escolhas e silenciamentos, é construída através de uma intencionalidade¹⁸².

O momento que marca a entrada de 1956 é a aprovação da nova Constituição. Em 16 de janeiro, Nasser comenta o novo marco constitucional, após ler as cláusulas do documento, dando destaque para os primeiros artigos da Constituição. O primeiro artigo estabelece que: “o Egito é um Estado árabe independente que é na sua essência

¹⁸⁰ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-577-en>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

¹⁸¹ HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**, p.482

¹⁸² SKINNER, Quentin. **Visões da política: sobre os métodos históricos** (vol I). Rio de Janeiro: Difel, 2005.

soberano” e o “povo do Egito é parte da Nação Árabe”¹⁸³. Sobre esse parágrafo, Nasser comenta que “preservaremos esta soberania da nação e não permitiremos que nenhum indivíduo ou grupo a reivindique”¹⁸⁴. É importante aqui a relação essencial que Gamal faz entre Estado e nação. A natureza do Estado egípcio é árabe, sendo uma de suas partes, pois ele é “um Estado árabe” e não “o Estado árabe”. A retórica aqui quebra a equação estabelecida pelos nacionalismos clássicos que estabelece que Estado = nação = povo, e se assemelha com o conceito de nação “revolucionário-democrático”, que pensa a partir principalmente da soberania do “povo-cidadão”¹⁸⁵. Longe de tentar pensar a lógica em termos matemáticos, é possível pensar como o Estado se torna apenas um aparato burocrático dentro de um conceito maior de nação. Viabiliza-se também a comparação com outras Constituições. A Síria, seis anos antes, afirmava no seu documento que “o povo da Síria é parte da Nação Árabe”¹⁸⁶. O projeto que se propõe em ambos os cenários se submete à *umma* árabe.

Nasser retoma a Constituição no seu discurso no rádio, na ocasião de sua eleição como presidente da república. O dia 25 de junho de 1956 não é apenas a data que consagra o coronel no cargo como líder de Estado, mas também a data de aprovação do referendo em relação a nova Constituição. Como resposta, o presidente se coloca como “soldado do país”¹⁸⁷ que deve obedecer ao chamado do povo. Pode-se associar o uso de país, *watan* (وطن)¹⁸⁸, neste momento com o seu dever ao Estado egípcio, tomando cautela para não relacionar a sua eleição, limitada ao território do Egito, como uma legitimação regional de líder da nação árabe. O vocabulário militar nesse discurso é

¹⁸³ SIVAK-REID, Kayla, "Tracing a State and its Language from Province to Republic: Translations of Modern Egypt's Constitutions". *Classics Honors Projects*. Paper 22, 2016. Disponível em: https://digitalcommons.macalester.edu/classics_honors/22/?utm_source=digitalcommons.macalester.edu/classics_honors/22&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages. Acesso em 29 de outubro de 2023.

¹⁸⁴ على أن نحافظ على هذه السيادة للأمة، ولن نمكن أى فرد أو جماعة من أن يدعيها. ستبقى هذه السيادة التى كافحننا من أجلها طويلاً وحصلنا عليها
Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-428-en>. Acesso em: 1 de novembro de 2023.

¹⁸⁵ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. P.35

¹⁸⁶ والشعب السوري جزء من الأمة العربية
Disponível em: https://constitutionnet.org/sites/default/files/syrian_constitution_-1950-arabic.pdf. Acesso em 3 de novembro de 2023

¹⁸⁷ جندي هذا الوطن

¹⁸⁸ Deve-se levar em consideração os significados históricos que esse vocábulo carrega, como discutido no segundo capítulo. A adição de um sentido de “pátria”, a partir do final do século XIX, é importante para pensar como há uma diferença entre um “soldado do país” e “soldado da pátria”, tomando nota como o segundo carrega em si o significado de lugar de nascimento.

constantemente usado. Além de soldado egípcio, ele relembra sua presença na “Guerra da Palestina”, e como seu “serviço” continua¹⁸⁹. A sua eleição também marca a noção de união dos egípcios, expressa em um discurso no mesmo dia para a massa de simpatizantes que se encontrava no Cairo. A utilização de termos geográficos, “norte a sul”, pode significar uma tentativa de territorializar o “povo” e retomar aquela noção de soberania sobre o seu território¹⁹⁰.

Os artigos da Constituição são lembrados na abertura da Assembleia Nacional no ano seguinte, em 1957, com Nasser já empossado como presidente abrindo os trabalhos no parlamento. Nasser faz questão de estabelecer uma continuidade na resistência egípcia frente às forças estrangeiras, sendo a Constituição de 1956 a afirmação dos princípios dessa sociedade livre. Para além das agressões externas, há também dois inimigos internos: o “feudalismo”¹⁹¹ e o sistema partidário¹⁹². O sistema de posse de terra foi regulamentado antes mesmo da criação da República Egípcia, em setembro de 1952, assegurando o limite de 200 *feddans*. No mesmo discurso, ele relembra o décimo segundo e décimo terceiro artigos que, respectivamente, “define o limite máximo da propriedade agrícola e proíbe a posse de terras por não-egípcios” e “determina a proteção da pequena propriedade agrícola”. Para Nasser, o “feudalismo” só era possível graças a monarquia que concedia privilégios a uma determinada classe social, que com a ajuda do Parlamento e dos ministérios, mantinha uma classe de trabalhadores agrícolas na pobreza. Os resultados da reforma são apresentados por ele: “os grandes agricultores agora possuem 6% das terras, os pequenos agricultores possuem 50% das terras”¹⁹³. Um estudo recente do Banco Mundial, porém, aponta que as reformas não tiveram resultados tão rápidos e quiçá não foram tão eficazes: no

¹⁸⁹ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-476-en>. Acesso em 3 de novembro de 2023.

¹⁹⁰ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-473-en>. Acesso em 4 de novembro de 2023.

¹⁹¹ “اقطاع”. Feudalismo pela semelhança com o sistema europeu de relações entre senhores e vassallos (WEHR, Hans. **Dictionary of Modern Written Arabic**. pp. 777 - 778). O sistema remonta o domínio do Império Islâmico na Ásia, no qual um pedaço de terra para o cultivo era concedido aos militares, ao invés de serem pagos salários (BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. “iqṭā’”. *Encyclopedia Britannica*, 3 Dec. 2014, Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/iqta>. Acessado em 14 de Novembro de 2023).

¹⁹² “نظام حزبي”

¹⁹³ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-550-en>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

começo da década de 1960, cerca de 40% da população não possuía qualquer terra, metade da população possuía apenas 1% das terras, enquanto 10% de latifundiários “controlavam cerca de 65% das terras”.¹⁹⁴

Ao ligar o sistema de relações servis a um sistema que gera desigualdade com a autorização do legislativo e do executivo, o presidente está relacionando a manutenção das grandes propriedades com os antigos partidos políticos que dominavam a cena do regime monárquico. Desde o primeiro ano da revolução, houve uma tentativa de contato direto com as massas, os Oficiais Livres embarcaram em viagens pelo país e tentaram engajar a população com seu projeto político. Havia o esforço de associar a imagem dos militares com a população civil, colocando-se como um instrumento do povo para a Revolução, além de uma “identificação com um *ethos* Islâmico moderado”¹⁹⁵, salientando o fator religioso das reformas. Todo a força de arregimentar simpatizantes, principalmente os trabalhadores e estudantes, era também uma força para desestabilizar e enfraquecer os outros partidos, em especial o *Wafd* e o *Ikhwan*. Em 1953, as organizações políticas receberiam um golpe final, sendo dissolvidas e tendo seus bens e finanças confiscados pela junta militar¹⁹⁶.

A ideia de Nasser era construir um sistema parlamentar sem partidos, funcionando a partir de um “Sindicato Nacional – constituído de camponeses, trabalhadores e profissionais”¹⁹⁷. O sectarismo que os partidos causariam na sociedade egípcia são sintomas que deveriam ser combatidos. Ao final do discurso, Nasser conclama que “não há divisão entre nós, nenhuma contenda ou ódio. A nação precisa se mobilizar e mobilizar seus recursos e capacidades”¹⁹⁸, ou seja, a *umma* não possui espaço para projetos políticos diferentes, eles deveriam somar esforços ao governo. A censura empreendida desde o primeiro ano da revolução deixava claro esse fator e a contenda entre a junta militar e forças alternativas, como o general Naguib, provocou ainda mais tensão com as dissidências políticas. Em 1954, o veterano que advogava por um sistema pluripartidário

¹⁹⁴ VERME, Paolo; MILANOVIC, Branko; AL-SHAWARBY, Sherine; EL TAWILA, Sahar; GADALLAH, May Gadallah; EL-MAJEED, Enas Ali A. **Inside Inequality in the Arab Republic of Egypt**. Nova York: The World Bank, 2014, p.20

¹⁹⁵ HOPWOOD, Derek. **Egypt, politics and society, 1945-1990**. p.87

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ TRIPP, Charles. *Contemporary Egypt Through Egyptian Eyes*. Londres: Routledge, 1993, p. 105

¹⁹⁸ “ لا فرقة بيننا ولا فتنة ولا أحقاد؛ فإن الأمة في حاجة إلى أن تعبئ نفسها، وتحشد مواردها وإمكاناتها”. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-550-en>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

foi acusado pelo grupo de dar espaço para o retorno das forças corruptas ao governo. A suspensão breve da censura deu espaço para uma enxurrada de críticas contra a falta de liberdade política e a favor do fim do governo militar. A resposta do governo foi abolir o sindicato dos jornalistas, no mesmo ano, e reabri-lo em 1955 sob a tutela dos Oficiais. O debate da Constituinte reanimou a ideia de uma imprensa livre, em especial o artigo 45 que garantia a “liberdade de imprensa, de publicação e de direitos autorais”, mas “nos limites da lei”^{199 200 201}.

Outro momento expressivo do ano de 1956 é a nacionalização do Canal de Suez. Como explicado no segundo capítulo, o canal de Suez foi uma grande obra para o comércio mundial, seguindo os interesses das potências imperialistas e o trânsito de mercadorias entre colônias e metrópoles. A hidrovia seguia ocupada por forças britânicas, mesmo após a independência formal em 1922. A junta militar assinou o tratado de 1954, que previa a evacuação gradual das forças britânicas, com validade de sete anos e podendo ser utilizado pelos militares do Reino Unido. O artigo VIII garante que o canal de Suez faz parte integralmente do Egito. Já o artigo IV, parágrafo 2, estabelece que em caso de uma agressão estrangeira ao Egito ou a “qualquer país que, na data da assinatura do presente acordo, seja parte do Tratado de Defesa Conjunta entre a Liga dos Estados Árabes ou a Turquia”, o Egito concederia o aparato militar dentro instalado através do canal para o Reino Unido, incluindo também portos da região²⁰².

A crise internacional começa a partir do projeto de construção da Barragem Alta, em Assuã, no Alto Egito. A região possuía poucas terras agricultáveis, em 1956, apenas 3% de todo o território egípcio possuía terras férteis. A proposta de Nasser de construir a barragem, aumentando o campo de irrigação e a produção de energia elétrica, logo recebeu propostas de empréstimo, dos Estados Unidos e do Reino Unido, para a realização da obra. Esses esforços do Ocidente, em 1955, para ganhar prestígio na região, considerando o contexto da formação do Tratado de Defesa Conjunta (o Tratado

¹⁹⁹ SIVAK-REID, Kayla, "Tracing a State and its Language from Province to Republic: Translations of Modern Egypt's Constitutions".

²⁰⁰ O sentido que “lei” (القانون) tem aqui está relacionado ao código de leis, importando a raiz “ق ن ن” do grego, e não a Lei divina. (WEHR, Hans. **Dictionary of Modern Written Arabic**. pp. 791, 1978)

²⁰¹ TRIPP, Charles. **Contemporary Egypt Through Egyptian Eyes**. P. 106

²⁰² O Tratado Anglo-Egípcio, estabelecido em 1954, está disponível online no site do parlamento britânico: https://api.parliament.uk/historichansard/commons/1954/jul/28/headsofagreement#S5CV0531P0_19540728_HOC_285. Acesso em 10 de novembro de 1956

de Bagdá), foram reconsiderados a partir da aproximação do Egito com o bloco socialista. O Tratado assinado entre Iraque, Irã, Paquistão, Turquia e Reino Unido pretendia criar um cordão sanitário que impedisse a entrada da influência soviética a partir do Cáucaso e da Ásia Central. A Síria não cederá ao pacto, apesar da pressão britânica, o país observava um “estreitamento de laços” entre o Partido Comunista Sírio e o partido *Baath* e uma posição não-alinhada, seguindo os preceitos estabelecidos na Conferência de Bandung²⁰³.

Durante a abertura da Assembleia Nacional, em 1957, Nasser alerta como o sistema de aliança é uma jogada dos britânicos para reafirmar sua influência no jogo político do Oriente Médio. “Saímos para resistir ao apelo à nova aliança, visto que é uma ameaça para nós como povo árabe primeiro, e depois como povo egípcio, uma ameaça ao nosso nacionalismo árabe e uma ameaça às nossas fronteiras nacionais”²⁰⁴. Acentuados são os termos em que o presidente egípcio concebe o Pacto de Bagdá, tanto para os assuntos internos, para a soberania egípcia, como também para a *umma* árabe como um todo. Nessa afirmação, povo (شعب) é referido da mesma forma para árabes e para egípcios, além de denotar que uma ameaça ao povo árabe também é intrinsecamente uma ameaça ao povo egípcio. Além disso, “fronteiras nacionais” (حدود الوطنية) são pensadas a partir do vocábulo *watan*, dando um enfoque no quesito das fronteiras do Estado burocrático e não necessariamente da comunidade imaginada da *umma*.

A “aproximação” com o bloco socialista se deu a partir da compra de armas da Tchecoslováquia. A quebra do monopólio de armas que o Ocidente tinha com o Oriente Médio foi interpretada como uma aproximação da União Soviética aos interesses na região²⁰⁵. No mesmo evento em 1957, Nasser comenta:

“O Egito voltou de Bandung depois de esclarecer os atributos do seu carácter internacional, ao batalhar para obter as armas. Esta batalha foi na verdade a batalha para quebrar o monopólio das armas, cujos monopolistas dependiam dele para controlar o Oriente Médio. A batalha foi longa e difícil e, de qualquer

²⁰³ LÓPEZ, García. **El Mundo Arabo-Islamico Contemporaneo**. Madri: Editorial Síntesis, 1997, p.214.

²⁰⁴ خرجنا نقاوم الدعوة إلى الحلف الجديد باعتبارها خطراً علينا كشعب عربي أولاً وكشعب مصري ثانياً، خطراً على قوميتنا العربية، وخطراً على "حدودنا الوطنية" Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-550-en>. Acesso em 16 de novembro de 2023.

²⁰⁵ ADAMTHWAITE, Anthony. “Suez Revisited “. *International Affairs*, Royal Institute of International Affairs, Verão, Vol. 64, No. 3, 1988, pp. 449-464,

forma, nenhum dos seus detalhes permaneceu velado, exceto o que a segurança militar exigia que permanecesse em segredo”²⁰⁶.

Prosseguindo, ele endossa que não houve a possibilidade de comprar armas dos países ocidentais e a aproximação com a União Soviética foi apenas uma resposta às necessidades militares que o Egito possuía para se defender²⁰⁷.

Seguindo o movimento do secretário de Estado estadunidense, o governo britânico retirou a proposta de financiar a barragem em 20 julho de 1956. Essa manobra que tentou desestabilizar o presidente egípcio acabou por colocá-lo como o principal líder do mundo árabe. No dia 26 do mesmo mês, data de comemoração do quarto ano da Revolução, ele se dirige aos egípcios na cidade de Alexandria anunciando a nacionalização do Canal de Suez. A Praça *Mohammad Ali*, o local escolhido para o anúncio, foi o mesmo lugar em que o presidente sofrera uma tentativa de assassinato pela Irmandade Muçulmana, vinte meses antes²⁰⁸. O longo discurso começa com Nasser relembando mártires do exército palestino que foram mortos por forças israelenses. Os métodos de “gangues” e de terror seguidos pelos agentes sionistas não seriam capazes de intimidar a *umma* árabe. Toda a ação dos “agentes do colonialismo” de Israel seria combatida “por todos nós”, e aqueles que seguem os princípios do nacionalismo árabe deveriam trabalhar contra a intervenção colonialista²⁰⁹.

A força do nacionalismo árabe encontraria um aliado no Oriente Médio, o acordo de união com a Síria é prenunciado nesse mesmo discurso. Nasser frisa o artigo constitucional que afirma que o Egito é um país árabe e aponta um futuro de “verdadeira independência política e verdadeira independência econômica” para a “*umma* árabe”. A fala é seguida por aplausos do público²¹⁰. O discurso continua com uma ode aos

عادت مصر من باندونج بعد أن أوضحت معالم شخصيتها الدولية لتجد معركة الحصول على السلاح في انتظارها، وكانت هذه المعركة في الواقع ²⁰⁶ هي معركة كسر احتكار السلاح؛ الذي كان محتكروه يعتمدون في السيطرة على الشرق الأوسط على هذا الاحتكار. ولقد كانت المعركة طويلة وعنيفة، وعلی أي حال فلم يبق من تفاصيلها خفي إلا ما تفرض السلامة العسكرية وحدها أن يبقى في طي الكتمان. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-550-en>. Acesso em 16 de novembro de 2023.

²⁰⁷ Somado a este fator, o Egito foi um dos primeiros países a reconhecer a República Popular da China. (HADDAD, William. **The Arab Israeli conflict in the Arab Press**. Bristol: Intellect, 2018.)

²⁰⁸ ABURISH, Said K. **Nasser: The Last Arab**, p.233.

²⁰⁹ إذا كانوا يعتقدون أنهم بهذه الأساليب الغادرة يستطيعون أن يبثوا الرعب في نفوسنا أو في نفوس الأمة العربية؛ فإنهم واهمون. كلنا نعمل من أجل هذه المبادئ العليا، كلنا نعمل من أجل هذه المثل، كلنا نعمل من أجل قوميتنا، كلنا نعمل من أجل عروبتنا، كلنا نعمل لنحمي أنفسنا من الاستعمار وأعداء الاستعمار وإسرائيل صنيعة الاستعمار، كلنا سنجاهد.. كلنا سنكافح.. كلنا سنفدى أوطاننا بأرواحنا وبدمائنا. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-495-en>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

إنی اليوم أقول لإخوانكم في سوريا باسمكم: ة؛ لقد قمت بتعديل دستوركم: إنكم جزء من الأمة العربية، وقلنا في دستورنا: نأ جزء من الأمة العربية، ²¹⁰ وسنسير معاً - أيها الإخوة - متحدین.. يد واحدة. . قلب واحد... واحد؛ لنرسي مبادئ العزة القديمة، ولنرسي مبادئ الكرامة الأساسية، ولنقي م ((تصفيق بين ربوع الوطن العربي وبين ربوع الأمة العربية استقلالاً سياً أصالاً، واستقلالاً تداً حقيقياً. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-495-en>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

princípios da Conferência de Bandung, com uma ênfase na amizade entre o Egito, Índia e Iugoslávia e seu posicionamento a favor da autodeterminação dos povos. Dentro dessa lógica, ele chama atenção para o problema da Alemanha na Europa e da China na Ásia²¹¹, além da presença estrangeira na “Argélia árabe” e como essa opressão preocupa a *umma* e o povo árabe. A questão da Argélia possuía menos capilaridade e popularidade entre a população do Egito, a projeção do vizinho árabe enquanto “irmão dos egípcios” estava mais atrelada com as de Nasser intenções de liderar o mundo árabe²¹².

O impacto desse discurso foi sentido em vários pontos do mundo árabe. Evitando o uso de dialetos e falando de forma pausada e calma, o discurso de Nasser foi ouvido presencialmente por milhares em Alexandria, e também foi transmitido pelo rádio. Somente o Egito contava com 850 mil receptores de sinal de rádio, com cerca de 36 receptores para cada 1000 habitantes. A Argélia possuía mais de 406 mil receptores, a Síria, 100 mil e Marrocos, 430 mil²¹³. Em diversos lugares houve comemorações, manifestações imediatas nas ruas do norte da África e do Oriente médio, fogueiras e tiros ao alto também foram observadas durante e depois do discurso. Imagens de Nasser começaram a aparecer “em tendas no lêmén, nos *souks* de Marrakesh” e em vilas na região da Síria²¹⁴. A arquitetura do projeto político de Nasser em torno da *umma* havia se materializado em sua mensagem.

²¹¹ Nasser pode estar se referindo à separação de ambos os territórios: entre a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã, e entre a República Popular da China e a República da China (Taiwan)

²¹² ABURISH, Said K. **Nasser: The Last Arab**, pp. 220-221.

²¹³ CODDING, George Arthur. **Broadcasting without barriers**. Paris: United Nations, 1959, pp.148-149. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133159>>. Acesso em 22 de abril de 2021.

²¹⁴ ABURISH, Said K. **Nasser: The Last Arab**, p.236.



Figura 2 - Nasser retornando ao Cairo após anunciar a nacionalização de Suez, 1º de agosto. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/csi-studies/studies/vol51no2/the-art-of-strategic-counterintelligence>. Acesso em 16 de novembro de 2023

Mesmo antes do anúncio oficial da nacionalização do Canal, Nasser pontua que acredita na necessidade mútua entre independência econômica e independência política e como o Egito tem trabalhado para o desenvolvimento econômico. Essa política independente “emana do Egito e não de Londres, Washington, Moscou ou qualquer outro país”, deixando claro que o país está disposto a cooperar, mas não “à custa do nosso nacionalismo, ou à custa do nosso arabismo, e claro que não será à custa da nossa independência, ou à custa da nossa dignidade”²¹⁵. Essa fala está ancorada também nas acusações que o Ocidente fazia ao se referir ao Tratado de Armas como uma caminhada do Egito em direção ao “comunismo”. Em entrevista a uma TV britânica, em julho de 1957, o entrevistador pergunta por que Nasser “luta contra o comunismo em casa e coopera com ele no exterior” e por que há tanta insistência do Egito em adquirir armamento²¹⁶.

O presidente egípcio ecoa também a ausência de acordo com o Ocidente para a compra de armas. Para ele, não deveria haver a subordinação de militares egípcios a oficiais e interesses estrangeiros, sendo a justificativa dada para a não adesão ao Pacto de Bagdá. Deve-se resistir ao colonialismo em todas as suas facetas: “colonialismo flagrante, colonialismo armado, colonialismo acompanhado de ocupação e colonialismo disfarçado sob a forma de agentes coloniais, sob a forma de alianças e sob a forma de acordos”²¹⁷. O nacionalismo árabe é colocado como grande baluarte frente às agressões estrangeiras, tanto no Egito quanto para os seus vizinhos. A Jordânia recebeu o “General Templário”²¹⁸, agente do colonialismo britânico para submeter a “um milhão e meio ou

إننا نتجه لتحقيق سياستنا.. سياسة مستقلة، تتبع من مصر، لا من لندن، ولا واشنطن، ولا موسكو، ولا أي دولة من الدول؛ تتبع من ضميرنا.. تتبع 215 من إحساننا. وقلت ان احنا مستعدين نتعاون مع الجميع، ولكن هذا التعاون لن يكون أبداً على حساب قوميتنا، أو على حساب عربيتنا، وطبعاً لن يكون. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-495-en>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

سؤال: لماذا تحاربون الشيوعية في الداخل وتتعاونون معنا في الخارج؟ - 216

الرئيس: صر شيء العلاقات مع روسيا شيء أخيراً، إننا ننشد صداقة الجميع، أن نتعاون مع كل أتدرب على الأرض لتغطية شبح الحرب و تضامن السلام، وعلا أي حال حالياً ضد أي زائر كان مصدرها على الشرق الأوسط.

سؤال: لماذا تصرون على شراء الأسلحة، ألا تكلفكم ذلك أموال طائلة؟ -

Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-547-en>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

217 الاستعمار المصحوب باحتلال، والاستعمار المقنع تحت أشكال أعوان الاستعمار، وتحت شكل المحالفات، وتحت شكل الاتفاقات 217 em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-495-en>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

218 Fazendo uma referência a visita oficial de um militar britânico, no final de 1955, para convencer o governo da Jordânia a aderir ao Pacto de Bagdá. A figura do templário remete ao tempo das cruzadas e os templários europeus que se fixaram, por um curto período, na região do Levante.

dois milhões” de pessoas, mas venceu a incursão imperialista e fez o general abandonar a missão²¹⁹.

Uma conferência em Londres foi convocada para tentar resolver a crise do Canal, que seria sediada no dia 16 de agosto, mas não contou com a participação de Nasser. O presidente egípcio anuncia no rádio as violações que as exigências da conferência impõem sobre os acordos celebrados internacionalmente. Haveria uma violação do 16º artigo do acordo de 1866, que estabelece que “a Companhia do Canal de Suez é uma empresa egípcia sujeita às leis e costumes do país”²²⁰. A declaração tripartite (Estados Unidos, França e Reino Unido), que foi recebida pelo governo egípcio, não nega a soberania do Egito como Estado independente, mas discute “o direito do Egito de nacionalizar a Companhia Egípcia do Canal de Suez”^{221 222}. A questão que Nasser traz é a que tal conferência foi convocada pela Grã-Bretanha para discutir a situação de uma hidrovia em território egípcio, o que é uma violação flagrante da soberania egípcia. Nasser afirma que: “o governo egípcio considera a proposta de criação de um comitê internacional apenas uma expressão educada do que deveria ser chamado de colonialismo internacional”²²³. A partir da mescla discursiva que confundia a propriedade do canal com a liberdade de navegação, haveria a necessidade de uma “administração internacional do Canal”, a qual o Egito perderia a soberania do território e anularia o acordo de 1954 que previa a reintegração do Canal. Mesmo antes da nacionalização, com as tropas britânicas presentes, o Egito já controlava a navegação da via, proibindo a circulação de navios israelenses²²⁴.

O ponto mais crítico da “Crise de Suez” são os ataques de Israel, em 29 de outubro, com o apoio de Reino Unido e França. No discurso de primeiro de novembro,

²¹⁹ *Ibidem*

²²⁰ على أن: "شركة قناة السويس شركة مصرية تخضع لقوانين البلاد ١٨٦٦ من الاتفاق المعقود بين الحكومة المصرية والشركة عام ١٦ وتنص المادة ١٦ وعرفها". Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-508-en>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

²²¹ Destaco aqui a adição do adjetivo “egípcia” (المصرية), marcando a natureza nacional do canal.

²²² وفي الفقرة الثانية من التصريح تعترف الحكومات الثلاث بحق مصر كدولة مستقلة ذات سيادة في تأميم ممتلكاتها، ولكنها تناقش حق مصر في تأميم شركة قناة السويس المصرية. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-508-en>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

²²³ إن الحكومة المصرية تعتبر اقتراح إقامة لجنة دولية ليس إلا تعبيراً مهذباً عما ينبغي تسميته بالاستعمار الدولي. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-508-en>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

²²⁴ HAMILTON, Eamon. **Sir Anthony Eden and the Suez Crisis of 1956 The Anatomy of a Flawed Personality**, Birmingham, 2015. 125 p. Tese (Mestrado em Artes) Universidade de Birmingham, p.106.

Nasser reitera o caráter da “pátria egípcia” e que a história de invasões estrangeiras não se repetiria: “o que aconteceu no passado foi devido a divisão, e o que aconteceu no passado foi devido ao fracasso. Hoje, enfrentamos estas conspirações como um bloco, um coração e um homem”²²⁵ ²²⁶. O ultimato britânico que viria no dia seguinte, pedia a “suspensão dos combates” e a ocupação da região de “Ismailia, Porto Saíde e Suez pelas forças armadas franco-britânicas” ²²⁷, em caso de não cumprimento o Reino Unido iria começar suas operações. Nasser lembra a história dos irmãos argelinos que lutam contra os soldados franceses e ecoa o episódio da “Guerra da Palestina”, o qual remete aos quatro meses que ele ficou sitiado pelas “forças judaicas agressoras” ²²⁸, e ao ter a oportunidade de se render afirmou que “estamos agora a defender a honra do Egito e a honra das forças armadas”²²⁹.

O pronunciamento no dia seguinte carrega um simbolismo forte, Nasser faz o pronunciamento na Mesquita *Al-Azhar*, após as orações de sexta-feira. *Al-Azhar* é a mesquita mais antiga construída onde hoje se localiza a cidade moderna do Cairo, sendo uma das instituições mais prestigiadas do Egito, congregando juntamente uma universidade. Somente a partir da queda da monarquia, em 1952, a universidade começou a adquirir autonomia perante a parte religiosa²³⁰. Além disso, diversos professores da instituição constituíram a formação do primeiro partido nacionalista

²²⁵ No árabe corânico, o vocábulo coração possui uma conotação subjetiva, como na oração *كَلِّكَ يَطْبَعُ اللَّهُ عَلَى* (Assim, Deus sela todo coração arrogante e tirânico) (40:35:21). A palavra “قلب” também tem sentido de mente, essência, espírito (WEHR, Hans. **A Dictionary of Modern Written Arabic**, p.784) Entende-se que homem aqui completa o sentido de homogeneidade não apenas de interesses subjetivos, mas de união objetiva da força para combater o invasor.

²²⁶ اللى حصل في الماضي كان بسبب الانقسام والتفرقة، اللى حصل في الماضي كان بسبب التخائل. النهارده احنا بنقابل هذه المؤامرات كتلة واحدة، ²²⁷ *Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-523-en>. Acesso em 21 de novembro de 2023*

²²⁷ أكتوبر، قدم لمصر إنذار بريطانى - فرنسى، هذا الإنذار يطلب إيقاف القتال.. إيقاف القتال والقوات الإسرائيلية في داخل الأراضى ٣٠ في يوم المصرية! القوات الإسرائيلية المعتدية.. ويطلب من مصر ومن إسرائيل الانسحاب عشرة كيلومترات عن قناة السويس، ثم يطلب من مصر ومن إسرائيل *Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-523-en>. Acesso em 21 de novembro de 2023.*

²²⁸ *قوات منكم في الفالوجا في حرب فلسطين*. “forças judaicas” e não “forças sionistas”. *Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-523-en>. Acesso em 21 de novembro de 2023.*

²²⁹ *قوات منكم في الفالوجا في حرب فلسطين حوصرت أربعة أشهر ضد القوات اليهودية المعتدية، ودافعت عن كيانها، وأنا كنت موجود ضمن هذه القوات، وطلب منا أن نسلم، وكان ردى على الضابط اليهودي الذى طلب منى ذلك: إننا الآن ندافع عن شرف مصر وشرف القوات المسلحة المصرية*. *Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-523-en>. Acesso em 21 de novembro de 2023.*

²³⁰ SUMMERFIELD, Carol, DEVINE, Mary, LEVI, Anthony (eds.). **International Dictionary of University Histories**, Londres: Taylor & Francis, 1998.

egípcio, em 1879, que pregava um “Egito para os egípcios”, possuindo um forte caráter anti-estrangeiro, tanto em relação a presença e as incursões europeias, quanto em relação à elite mameluca²³¹.

De acordo com Oueidah, além de “honra”, “glória”, “dignidade” e “orgulho” eram também os vocábulos de estimacão de Nasser²³². Durante o apelo na Mesquita, a “honra da pátria” é colocada em jogo novamente, se contrapondo à Grã-Bretanha de forma irônica. O nome de Alá é invocado em vários momentos no final do discurso, especialmente pensando o lugar que Nasser está enunciando. A “honrosa Grã-Bretanha”, que utiliza “métodos honrosos”²³³, não exploraria os frutos do conflito iniciado por Israel²³⁴. O ultimato dado pelo Reino Unido e sua honra, não estão compatíveis com os valores egípcios: “não é aceitável para a honra, nem é aceitável para o orgulho, nem é aceitável para a dignidade”²³⁵. Do outro lado do Atlântico, ainda no dia 30 de outubro, o presidente Eisenhower declarou que os aliados (França e Reino Unido) haviam “nos colocado em um buraco e estavam esperando que nós os resgatássemos”. Assim como Nasser queria garantir que o Egito possuía uma honra inegociável, o líder estadunidense também apontava que “nós somos um Governo de honra e mantemos nossa palavra”²³⁶, ao descartar a possibilidade de apoio aos agressores no Conselho de Segurança.

Os apelos contra a invasão ocidental também foram sentidos no mundo árabe. Com vários navios afundados no Canal, o Reino Unido se viu obrigado a estabelecer um racionamento de combustível e começar a comprar petróleo da parte ocidental do globo. A situação se agravou para os britânicos quando militares sírios, provavelmente seguindo ordens de Nasser, destruíram um poço de extração da Companhia Iraquiana de

²³¹ LÓPEZ, Garcia. **El Mundo Arabo-Islamico Contemporaneo**. p.63.

²³² OUEIDAH, May. An Examination of Some Structural Elements in the Speeches of President Nasser, Beirut, 1981. Tese não publicada (Mestrado em Artes) Universidade Americana de Beirut, p. 26 *apud* ABURISH, Said K. **Nasser: The Last Arab**, p.245.

²³³ A raiz de honra “ش ر ف” forma também tem sentido de “nobre” e pode se referir aos descendentes do profeta Maomé (شريف) (WEHR, Hans. **A Dictionary of Modern Written Arabic**, p.467).

²³⁴ وفي نفس الوقت أعلنت بريطانيا.. أعلن المتحدث باسم "مستر إيدن" أن بريطانيا الشريفة.. أن بريطانيا التي تتبع أساليب الشرف.. أن بريطانيا التي لا تتبع أساليب الشرف لن تستغل الاشتباك بين مصر وإسرائيل لصالحها أو لنوابها. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-524-en>. Acesso em 22 de novembro de 2023.

²³⁵ هذا - يا إخواني - لا يقبله الشرف، ولا يقبله العزة، ولا تقبله الكرامة. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-524-en>. Acesso em 22 de novembro de 2023.

²³⁶ DDE, John Foster Dulles Papers, Telephone Calls, White House, Box 10, Foster Dulles to Eisenhower, 30 de outubro de 1956.

Petróleo²³⁷. Há apenas 4 dias da deflagração dos ataques, a questão bélica de Suez já havia ultrapassado as fronteiras do Egito.

O conflito a partir da Crise de Suez se estendeu até o começo de 1957, quando tropas das ONU se retiraram de solo egípcio, após atuarem como pacificadoras e substitutas da ocupação militar anglo-franca²³⁸. O conflito implodiu qualquer tentativa de sucesso do Pacto de Bagdá, arruinou a carreira política do primeiro-ministro britânico e deixou um “vácuo” na geopolítica do Oriente Médio. A ausência do “Ocidente” foi substituída pela influência estadunidense, rivalizando com os soviéticos.

A “Doutrina Eisenhower” de Janeiro de 1957 procurou mobilizar o Oriente Médio contra a aparente ameaça soviético-egípcia. Os EUA prometeram ajudar os países, protegendo a sua independência e integridade contra a agressão armada aberta de países comunistas ou “dominados pelos comunistas”.²³⁹

Enquanto as duas superpotências se organizavam, Nasser continuava se articulando com diversos grupos de artistas, professores e delegações estrangeiras de diversos países da região.

Em um evento celebrado em Damasco por artistas árabes, Nasser retoma o uso corrente da *umma* como defesa ao imperialismo. A ênfase do *watan* é ofuscada e, no lugar dele, retoma a ideia de que a agressão sofrida em Suez é uma agressão dirigida a todos os povos árabes. O presidente egípcio declara que a decisão do Egito de lutar sozinho, não aceitando o deslocamento de tropas sírias, foi na verdade uma decisão para proteger a Síria. Os elogios continuam a partir da continuidade de apoio que a Síria mostrou para com a causa árabe, e como “ao longo dos dias, não foi complacente, não foi fraca e não deu ouvidos aos enganos do colonialismo”²⁴⁰, provavelmente ecoando a recusa do país a adesão ao Pacto de Bagdá. Em março, ao se dirigir aos membros da resistência palestina que estavam estudando no Cairo, Nasser conclama que o povo desde Marrakech até Bagdá possuem as armas necessárias para derrotar o colonialismo e o sionismo. O poder do nacionalismo árabe foi capaz de libertar Gaza e será capaz de “restaurar os direitos do povo da Palestina que foram violados pelo colonialismo e

²³⁷ LUCAS, W. Scott. *Divided We Stand: The Suez Crisis Of 1956 And The Anglo-American 'Alliance'*, Londres, 1991, 461 p. Dissertação (Doutorado em Filosofia) London School of Economics and Political Science, p.371.

²³⁸ Importante destacar o cessar-fogo de 7 de novembro, anunciado unilateralmente pelo primeiro-ministro britânico.

²³⁹ TRIPP, Charles. *Contemporary Egypt Through Egyptian Eyes*. Londres: Routledge, 1993, p. 95.

²⁴⁰ كانت سوريا تحمل هذا العلم على مر السنين وعلى مر الأيام، لم تتهاون ولم تستضعف، ولم تستمع إلى أذليل الاستعمار. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-535-en>. Acesso em 23 de novembro de 2023.

violados por Israel”²⁴¹. O presidente conclama uma coesão para o enfrentamento direto com Israel: a retomada das terras palestinas só seria possível a partir do engajamento dessa comunidade árabe.

O pico do movimento dialético entre a *umma* árabe e o movimento nacionalista foi a criação da República Árabe Unida (RAU), em 1958. O sonho daqueles que se levantaram em meio ao Império Turco para estabelecer um Estado árabe havia se concretizado 40 anos depois, em um dos territórios que, na época da Revolta, era majoritariamente contrário ao nacionalismo árabe. No discurso transmitido pelo rádio direto do palácio presidencial, no dia 1º de fevereiro, a ênfase é dada na criação do Estado (الدولة) em contraste com a forças colonialistas que tentam dividi-lo. Em um momento anterior, em 1956, que o presidente agradece a decisão do parlamento sírio em unir as duas repúblicas, o nacionalismo árabe e a consolidação de uma unidade política aparecem apenas como um devir dos povos árabes²⁴². Já quando anuncia a criação da RAU, existe uma clara diferença, para Nasser, do nacionalismo enquanto ideologia e enquanto realidade política concretizada no Estado:

“Estávamos falando sobre o nacionalismo árabe, e o nacionalismo árabe eram slogans e cânticos, e o nacionalismo árabe era apelos emocionais e apelos morais. Estávamos falando sobre o nacionalismo árabe, e sentíamos sua força, e sentíamos seu valor. Estávamos falando sobre o nacionalismo árabe e sentimos que nossos inimigos sempre quiseram destruí-lo. Eles nos dividiram, e sentimos que nossos inimigos sempre quiseram dividir a nação árabe em pequenas nações que eles controlariam e controlaram. Sentimos que cada um de nossos países afetou o destino do outro país, e sentimos que devemos ser solidários, devemos nos unir, devemos cooperar e devemos confraternizar; Para que possamos proteger-nos das ambições dos gananciosos, para que possamos proteger-nos da devastação do tempo, para que a tragédia da Palestina não se repita e para que possamos preservar o mundo árabe, todos nós unidos e ombro a ombro²⁴³” .²⁴⁴

²⁴¹ لق القومية العربية هي سبيلنا، هي التي حررت غزة من الاستعمار الصهيوني. القومية العربية هي التي ستعمل دائماً على تثبيت حرية الشعوب ²⁴¹ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-538-en>. Acesso em 23 de novembro de 2023.

²⁴² Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-485-en>. Acesso em 1 de dezembro de 2023

²⁴³ Essa expressão pode ser uma referência à disposição em que os muçulmanos oram paralelamente, mantendo-se ombro a ombro

²⁴⁴ لقد كنا نتكلم عن القومية العربية، وكانت القومية العربية شعارات وهتافات، وكانت القومية العربية نداءات عاطفية ونداءات معنوية.. كنا نتكلم عن القومية العربية، وكنا نشعر بقوتها، وكنا نشعر بقيمتها.. كنا نتكلم عن القومية العربية، وكنا نشعر أن أعداءنا أرادوا دائماً أن يفرقوا بيننا، وكنا نشعر أن أعداءنا أرادوا دائماً أن يقسموا الأمة العربية إلى أمم صغيرة يتحكمون فيها ويسيطرون عليها، وكنا نشعر أن كل دولة منا تؤثر على مصير الدولة الأخرى، وكنا نشعر أن لابد أن نتضامن، ولابد أن نتحد، ولابد أن نتأزر، ولابد أن نتأخي؛ حتى ندفع عنا أطماع الطامعين، وحتى ندفع عنا غيلة الزمن، وحتى لا نتكرر مأساة فلسطين، وحتى نستطيع أن نحافظ على الوطن العربي كلنا متحدين متكاتفين ²⁴⁴ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-577-en>. Acesso em 1 de dezembro de 2023.

O uso político da Palestina reaparece como fator principal e de urgência para a criação de um Estado árabe. Os dois países fazem fronteira com o Estado de Israel e boa parte de seus territórios seriam incorporados a ele, caso o plano da “Grande Israel” fosse concretizado. A união era vista também como um contraponto ao pacto de Bagdá, já enfraquecido popularmente pela tentativa de invasão do Reino Unido em Suez.



Figura 3 - Nasser chega em Damasco, após anunciar a união com a Síria, em 24 de fevereiro de 1958. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/Photos/photosmain.aspx?albumId=294&lang=en>. Acesso em 1 de dezembro de 2023

A junção dos dois Estados abalou a monarquia Hashemita, tanto seu ramo na Jordânia quanto no Iraque. Uma tentativa de suborno para o chefe da inteligência síria para assassinar Nasser foi uma opção às novas ondas de “nasserismo” que cresciam entre as populações. Até mesmo o Líbano enfrentou conflitos internos entre a sua população: de um lado cristãos pró-ocidente e, de outro, muçulmanos pró-Nasser, que receberam apoio financeiro e militar do Cairo. Enquanto isso, o outro braço dos Oficiais Livres liderou o movimento que tomou o poder no Iraque e executou a família real. A Jordânia, por sua vez, viu o desembarque de tropas britânicas para assegurar o poder da monarquia e não ceder às reivindicações de alinhamento com o Egito²⁴⁵. A posição de Nasser se tornava um fator essencial na relação dos países do Oriente Médio e do Norte da África.

Interessante notar o movimento dos nacionalismos, ao longo do século XIX, dentro dos Estados modernos e, posteriormente, nos territórios coloniais. Apesar de dispersa e, muitas vezes, perseguida, a imaginação política em torno da nação não foi anulada. Projetos políticos dialogavam incessantemente com ideias europeias e com a realidade sócio-histórica de seus povos, esforçando-se para abstrair e moldar uma nova ideia de nação dentro de uma coletividade já existente. O árduo caminho da primeira metade do século XX provou a urgência de um movimento nacionalista de bases populares e, inegavelmente, anticolonial. A partir da ideia da comunidade árabe, a comunhão destas populações era vista como a saída para a conquista de sua autodeterminação. Ao tomar o poder do Estado egípcio, o nacionalismo de Nasser havia encontrado a força institucional e diplomática para animar a imaginação política pan-arábica. Como bem afirmado por ele, em fevereiro de 1958, antes o nacionalismo árabe era “cantos e slogans” e hoje “ele se tornou uma realidade²⁴⁶.”

²⁴⁵ HOPWOOD, Derek. **Egypt, politics and society, 1945-1990.**

²⁴⁶ Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-577-en>. Acesso em 2 de dezembro de 2023.

CONCLUSÃO

As diversas tendências do nacionalismo árabe, ensaiadas a partir e/ou pela influência europeia, fazem parte da história pessoal e política de Gamal Abdel Nasser. O conflito em torno da identidade árabe se mostrava urgente frente aos novos projetos políticos que surgiam. A finada ideia de uma pátria árabe no *Hijaz*, desenhada pela Revolta de 1916, e apoiada pelas forças coloniais, não haveria de ser ressuscitada. A questão em torno da colonização da Palestina, a qual os nacionalistas árabes desde o começo do século XX se mostravam contrários, deságua no conflito e na criação do Estado de Israel. O processo violento demonstrou a força que projetos colonialistas ainda possuíam, mostrando-se inegociáveis com as demandas árabes sobre a soberania e o controle do seu próprio território²⁴⁷.

Somado a isso, as próprias questões latentes da sociedade egípcia em torno da terra e da desigualdade entre os estratos sociais, começavam a brotar como sintomas de um país profundamente ligado ao seu passado colonial. Seja por uma monarquia subserviente aos interesses britânicos ou pelo grande capital agrícola internacional controlando a produção para exportação, o Egito se encontrava extremamente subdesenvolvido²⁴⁸. Tão urgente era a questão fundiária para as massas que, no primeiro ano pós-revolução, o governo provisório lançou as bases para uma reforma agrária que acabasse com o problema dos latifundiários e da falta de acesso de pequenos agricultores à terra²⁴⁹.

Mesmo com disputas internas, dentro do próprio grupo dos Oficiais Livres, a junta militar procurou o apoio das massas para garantir sua legitimidade. A figura de Gamal Abdel Nasser se mostrava cada vez mais como “o” líder da revolução. O expurgo de Naguib do grupo e a censura de opositores consolidava a posição interna de Nasser²⁵⁰. A adesão à Conferência de Bandung e a negociação de armas com a Tchecoslováquia,

²⁴⁷ DAWN, C. Ernest. *The Origins of Arab Nationalism* In: KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**

²⁴⁸ TRIPP, Charles. **Contemporary Egypt Through Egyptian Eyes**

²⁴⁹ HOPWOOD, Derek. **Egypt, politics and society, 1945-1990**

²⁵⁰ DABOUS, Sonia. *Nasser and the Egyptian press* In: TRIPP, Charles. **Contemporary Egypt Through Egyptian Eyes**. Londres: Routledge, 1993.

por um lado, e o empréstimo do Ocidente para a construção de uma nova barragem no Alto Egito, tornaram-se símbolos da capacidade internacional de negociação de Nasser frente às dinâmicas da Guerra Fria²⁵¹.

Por fim, o presidente egípcio foi capaz de canalizar a potência política do mundo árabe em projeto. A solidariedade em torno da questão palestina, sempre mobilizada em seus discursos, ecoou na resistência à tentativa de invasão do Canal de Suez (1956) pelas forças imperialistas. A agressão provocou uma onda de apoio dos territórios e populações colonizadas e a vitória egípcia se provou um símbolo de resistência contra as amarras coloniais. Com o Iraque saindo da posição de inimigo para aliado, dois anos depois, e a consolidação da união formal com a Síria, o projeto panarabista havia encontrado sua crista²⁵². Os vários projetos e tendências do nacionalismo egípcio e árabe, esboçados no final do século XIX e no começo do XX, com a glorificação de um passado faraônico em detrimento do árabe, a questão da decadência do Islã ou até a romantização do povo árabe, não floresceram. Nasser optou por uma moderação do discurso, aderindo ao nacionalismo árabe sem esquecer das especificidades egípcias, negociando com um mundo bipolarizado e deixando de lado as definições monolíticas sobre a identidade árabe. A *arabidade* não deveria ser cooptada por nenhum Estado, ela é um movimento coletivo que tomou forma em diversas localidades e tempos históricos²⁵³.

²⁵¹ ABURISH, Said K. **Nasser: The Last Arab**.

²⁵² MEZADRI, Matheus Paranhos Giolo; GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. “A crista do pan-arabismo: Nasser e os usos políticos do rádio, 1956-1958”. In: *XXIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP*, 2021, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <<https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2021/trabalhos/a-crista-do-pan-arabismo-nasser-e-os-usos-politicos-do-radio-1956-1958?lang=pt-br>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

²⁵³ CHALALA, Elie. Arab Nationalism: a Bibliographic Essay In: FARAH, Tawfic E. **Pan-Arabism and Arab Nationalism – The Continuing Debate**.

BIBLIOGRAFIA:

ABDEL AL-JABRI, Mohammed. **Introdução à crítica da razão árabe**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

ABURISH, Said K. **Nasser: The Last Arab**. Nova York: St. Martin Press, 2004.

ADAMTHWAITE, Anthony. "Suez Revisited ". *International Affairs*, Royal Institute of International Affairs, Verão, Vol. 64, No. 3, 1988, pp. 449-464.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMIN, Samir. **O eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

_____. **The Arab Nation**. Londres: Zed Press, 1978.

ARENDT, Hannah. "Imperialism, Nationalism, Chauvinism". *The Review of Politics*, Vol. 7, No. 4. Notre Dame: Cambridge University Press, 1945, pp. 441-463

AVINERI, Shlomo. "Hegel and Nationalism." *The Review of Politics* , Oct., 1962, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1962)

BAER, Gabriel. **A History of Landownership in Modern Egypt, 1800-1950**. Londres. Oxford Univesity Press, 1962

DAL RI Jr., Arno, ORO, Ari Pedro (orgs.) **Islamismo e humanismo latino: diálogos e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GARDNER. **The Road to Tahrir Square**: Egypt and the United States from the Rise of Nasser to the Fall of Mubarak. Nova York, 2011.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism (New Perspectives on the Past)**. Nova York: Cornell University Press, 1983.

_____, HALL. John A. **The State of the Nation: Ernest Gellner and the Theory of Nationalism**. Cambridge: Cambridge University Press 1998.

HALBROOK, Stephen P. Left Hegelianism, Arab Nationalism and Labor Zionism. **The Journal of Libertarian Studies**, Vol VI, Nº2 (Primavera 1982), pp.181-199.

HANNA, Nelly. **Ottoman Egypt and the Emergence of the Modern World: 1500–1800**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2014

HAMILTON, Eamon. **Sir Anthony Eden and the Suez Crisis of 1956 The Anatomy of a Flawed Personality**, Birmingham, 2015. 125 p. Tese (Mestrado em Artes) Universidade de Birmingham.

HEGEL. G.W.F. **Introdução à história da filosofia**. Coimbra: A. Amado, 1980.

_____ **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: M. Fontes, 1997.

_____ **The Philosophy of History**. Ontario: Batoche Books, 2001.

HAMILTON, Eamon. **Sir Anthony Eden and the Suez Crisis of 1956 The Anatomy of a Flawed Personality**, Birmingham, 2015. 125 p. Tese (Mestrado em Artes) Universidade de Birmingham.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1991

HOPWOOD, Derek. **Egypt, politics and society, 1945-1990**. Londres: Routledge, 1993.

HOURANI, Albert. **Arabic Thought In The Liberal Age: 1798-1939**. Londres: Oxford University Press, 1970. pp.295-296

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

KARABELL, Zachary **Parting the desert: the creation of the Suez Canal**. Nova York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2003.

KHALID, Rashid, ANDERSON, Lisa, MUSLIH, Muhammad, SIMON, Reeva S. **The Origins of Arab Nationalism**. Nova York: Columbia University Press, 1991.

LÓPEZ, Garcia. **El Mundo Arabo-Islamico Contemporaneo**. Madri: Editorial Síntesis, 1997.

LOSURDO, Domenico. **Hegel e a Liberdade dos modernos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOVE, Kennett. **Suez: The Twice-Fought War**. Nova York: McGraw Hill, 1969.

LUCAS, W. Scott. **Divided We Stand: The Suez Crisis Of 1956 And The Anglo-American 'Alliance'**, Londres, 1991, 461 p. Dissertação (Doutorado em Filosofia) London School of Economics and Political Science.

MANSFIELD, Petter. **Nasser e a Revolução Egípcia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PRODI, Paolo. **Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTOS, Delano de Jesus Silva. "Ummah e narrativas: história e identidade da religião islâmica". *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, vol.2, nº 1, 2011, p. 167-196

SCLIAR, Wremyr. "Hegel – seu tempo e o Estado". *Brasília* a. 44. N.174 abr./jun. 2007.

SIVAK-REID, Kayla, "Tracing a State and its Language from Province to Republic: Translations of Modern Egypt's Constitutions". *Classics Honors Projects*. Paper 22, 2016. Disponível em: https://digitalcommons.mcalester.edu/classics_honors/22/?utm_source=digitalcommons.mcalester.edu/classics_honors/22&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages. Acesso em 29 de outubro de 2023.

SKINNER, Quentin. **Visões da política: sobre os métodos históricos** (vol I). Rio de Janeiro: Difel, 2005.

SUMMERFIELD, Carol, DEVINE, Mary, LEVI, Anthony (eds.). **International Dictionary of University Histories**, Londres: Taylor & Francis, 1998.

TIBI, Bassam. **Arab Nationalism: A Critical Inquiry**. Londres: The Macmillan Press, 1981.

TIGNOR, Robert L. **Modernization and British Colonial Rule in Egypt, 1882-1914**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

TOMA, Maristela. "Wilhelm Von Humboldt e a atualidade de seu legado para a Teoria da História". *Rev. Hist. UEG - Morrinhos*, v.10, n.1, e-012107, jan./jun. 2021

TRIPP, Charles. **Contemporary Egypt Through Egyptian Eyes**. Londres: Routledge, 1993.

TURIANO, Annalaura. "État, réformistes et philanthropes". *Histoire de l'éducation*, 2017, No. 148, Histoire de l'éducation au Moyen-Orient de la fin du XIXe siècle à nos jours, 2017, pp. 41-70.

VERME, Paolo; MILANOVIC, Branko; AL-SHAWARBY, Sherine; EL TAWILA, Sahar; GADALLAH, May Gadallah; EL-MAJEED, Enas Ali A. **Inside Inequality in the Arab Republic of Egypt**. Nova York: The World Bank, 2014.

WATT, Montgomery. **Muhammad at Medina**. Oxford: Oxford University Press, 1956,

YOUSEF, Hoda A. **Composing Egypt Reading, Writing, and the Emergence of a Modern Nation, 1870–1930**. Stanford: Stanford University Press, 2016.